

# Eternidade

A Construção Social do  
Banimento do Amianto no Brasil



Marina Moura

# Eternidade



A construção social do  
banimento do Amianto  
no Brasil

ABREA

1ª edição  
São Paulo, 2019

Copyright © 2019 por Marina Moura Barreto  
Todos os direitos reservados

Eternidade - A Construção Social do Banimento do Amianto no Brasil

Autoria: Marina Moura Barreto

Apoio: Ministério Público do Trabalho - MPT, Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambiente de Trabalho - DIESAT e International Ban Asbestos Secretariat - IBAS

Realização: Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - Abrea

Conselho Editorial: Fernanda Giannasi

Coordenação Editorial: Editora Machado e Editora Amarelo-Grão

Capa: Marcelo Carvalho / WHIZZ Comunicação Criativa

Diagramação: Marcelo Carvalho

Produção: Wendell Cristiano e WHIZZ Comunicação Criativa Ltda

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Barreto, Marina Moura

Eternidade - A Construção Social do Banimento do Amianto no Brasil / Marina Moura Barreto.  
1ª edição. Osasco: Abrea; São Paulo: Editora Amarelo Grão; Belo Horizonte: Editora Machado, 2019.  
134 p. ; 16 x 23 cm

ISBN: 978-85-94477-01-9

I. Amianto. 2. Saúde pública. 3. Saúde ambiental. 4. Saúde dos trabalhadores. I. Barreto, Marina Moura.  
II. Abrea. III. Título.

---

CDU-614.8

Dedicamos esta obra coletiva a todos que perderam suas vidas assassinados pela “fibra do diabo” e em especial à Maria Geruza Correia Elvas, fundadora da Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto (Apea), que nos deixou recentemente e que nos inspirou a realizar esta obra.



## SUMÁRIO

---

Prefácio - Por Eliane Brum.....	11
Introdução - Amianto, eternidade ou uma tecnologia que leva à morte....	15
No princípio, era o silêncio e o pó. A morte pisando leve.....	17
Thermoid: quando as vozes se encontram, o grito fica mais forte.....	25
Linha do tempo do surgimento das associações de vítimas.....	30
Nascimento da primeira Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) - Osasco - São Paulo.....	31
Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco contra o amianto.....	38
Abrea de São Caetano do Sul, um ponto de resistência no ABC.....	41
Ambulatório no Incor para tratar as doenças do amianto.....	43
Abrea Rio de Janeiro.....	47
Amianto na Bahia: “nevava no sertão”.....	53
O trabalho desenvolvido pela Abea.....	55
Avicafe, uma conversa em primeira pessoa com o presidente.....	59
Aprea Paraná.....	71
Minaçu: o pacto silencioso entre algozes e vítimas.....	75
Associação Goiana dos Expostos ao Amianto (Agea) .....	77
Apea Pernambuco.....	79
Abrea Londrina.....	81
Abrea Pedro Leopoldo.....	83
Judicialização - Banimento nacional do amianto no Brasil, uma conquista a ser mantida.....	87
Do protesto ao progresso: Abrea e Ibas - Cronologia da construção social internacional da luta anti-amianto .....	95

Linha do tempo do amianto no Brasil.....	117
Contato das associações dos expostos ao amianto.....	123
Referências.....	126

## PREFÁCIO

---

Por Eliane Brum

A primeira vez que entrevistei um trabalhador contaminado por amianto, eu escutei a voz, gravei as frases com o gravador, anotei as palavras no meu caderno, tomei o café servido numa xícara com pequenas flores. Mas tudo isso se passava numa camada mais externa de mim. Meu ouvido de dentro só escutava o ruído. Demorei alguns longos minutos para compreender que o som era da sua respiração penosa. Dentro do seu peito o pulmão virava pedra.

A fibra cancerígena se alojava e, a partir daquele momento, o tecido vivo produzia uma cicatrização que jamais cessaria, o tecido vivo para sempre ferido de morte, tentando expulsar de si o assassino. E fracassando. Até que todo o pulmão fosse vestido por aquela segunda pele que o impedia de fazer o que fazemos sem perceber. Inspirar. Expirar.

Poucos anos depois daquela primeira entrevista, esse homem morreria, porque impedido do gesto. Um homem asfixiado de tantas maneiras. E ali, enquanto morria porque já não podia respirar, enquanto morria porque o amianto tinha revestido seus interiores, o preposto da empresa botava um preço indecente na sua vida sem preço, com a condição de que a família não entrasse na justiça exigindo muito mais. Ele morreu quando o cheque foi descontado.

O ruído permaneceu. Porque eram centenas. Hoje quase todos mortos. Um ruído que a sociedade brasileira ignorava. Ainda ignora. Que a justiça demorou demais a escutar, condenando as vítimas por omissão enquanto os criminosos contavam dinheiro. Um ruído que as empresas, quando obrigadas, quantificavam pelo valor que davam à vida humana: pouco, quase nenhum.

A indústria do amianto, no Brasil e no mundo, alimentou suas máquinas com carne humana. E sabia o que fazia. E mesmo assim fazia. E ainda faz.

Quando se torna impossível seguir com seus crimes num país, encontra outro ainda mais pobre, ainda mais destituído de justiça, ainda mais desesperado. E recomeça a devorar gente.

Tenho escutado a dor de pessoas em diferentes Brasis por mais de três décadas. A dos trabalhadores do amianto é talvez a mais pungente. Porque eles morrem e poucos se importam. Era para o país ter parado pelo crime que é uma indústria seguir produzindo cadáveres sabendo que produz cadáveres, era para o país ter parado pela indecência de ter cientistas de grandes universidades públicas produzindo artigos mentirosos financiados pela indústria, era para o país ter parado pela ignomínia dos lobistas que deitam suas almas apodrecidas no travesseiro à noite e dormem o sono das bestas depois de terem vendido a vida alheia. Era para o país ter apontado o dedo para juízes e ministros que ignoraram por décadas toda a ciência assim como os atestados de óbito. Era para o Brasil ter parado, mas nunca parou porque é um país de alma corrompida.

Dia após dia, ano após ano, testemunhei a luta destes trabalhadores e da engenheira de Segurança do Trabalho Fernanda Giannasi, uma das mulheres mais dignas deste país. Luta por justiça. E por humanidade. Perseguidos pelo poderoso lobby da indústria, vilipendiados, ameaçados. Ignorados. Contaminados pelo amianto, às vezes adoeciam também pela pressão que empresas como Brasilit e Eternit faziam sobre suas vidas. Para que desistissem, para que se calassem. Nunca desistiram, nunca se calaram.

Enquanto lutavam, iam enterrando os mortos. Chorando por eles. Prometendo que o próximo não morreria sem justiça. E o próximo morria. E eles seguiam. Tantas vezes vi Fernanda sofrer pelos truques imundos de gente imunda, que solapava seu cotidiano na tentativa de quebrar sua espinha. Jamais conseguiram. Diante de um poder tão maior, eles, tão pequenos, foram – e são – tão grandes.

Com quase nada eles criaram a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea). Com quase nada eles fizeram o que um país inteiro não fez. A dívida de todos os brasileiros com Fernanda e a Abrea é imensa.

A luta ainda está longe de acabar. Em algum momento, os brasileiros

acordarão. Perceberão então que o Brasil é um pulmão contaminado por amianto. Que as autoridades terão que cobrar a indústria. A indústria terá que pagar pela descontaminação do país. E os senhores da indústria por seus crimes.

Não há futuro sem memória. Este livro é para que os mortos permaneçam vivos, para que os vivos tenham paz. Para que o Brasil não esqueça o que sequer é capaz de lembrar.

**Eliane Brum**  
**Março de 2019**



## INTRODUÇÃO

### Amianto, eternidade ou uma tecnologia que leva à morte

Os homens e sua mania de indestrutividade e de eternidade. Mas, quem diria, um dia pretenderam eternizar a morte. Em 1901, o empresário austríaco Ludwig Hatschek patenteou uma invenção sua. Invocando o latim “aeternitas”, chamou aquela mistura de “Eternit”, devido sua resistência e durabilidade. Eternit, a massa do veneno, nada mais era do que um composto de matriz cimentícia com fibras de um mineral chamado asbesto (do grego *ἀσβεστοςἀσβεστος*, significando “indestrutível”, “imortal”, “imortal”, “inextinguível”) ou amianto (do grego *ἀμιάντος ἀμιάντος*, “puro”, “sem sujidade”, “sem mácula”). Durante as primeiras décadas do século XX, várias empresas em todo o mundo obtiveram licenças de Hatschek para começar a produção do cimento-amianto, material leve, versátil, barato e que poderia ser moldado em diversas formas para atender à demanda crescente do setor da construção civil. Hatschek permitia que somente uma empresa interessada nessa tecnologia em cada país usasse o nome Eternit.

Em dezembro de 1907, obteve-se autorização para estabelecer a primeira linha de produção de cimento-amianto no Brasil. Na época, a empresa Pantaleone Arcuri & Spinelli, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, tomou a iniciativa de introduzir esse “processo revolucionário” no Brasil sob o nome Cimianto. As tarifas alfandegárias para importar o amianto, até então considerado um “mineral mágico”, o transporte e os custos operacionais levaram a empresa à falência.

Em meados da década de 30, as empresas europeias já estabelecidas, como as suíça, belga e francesa, começaram a exportar o processo da Eternit para outros continentes em seus esforços para ganhar novos mercados, especialmente aqueles com potenciais reservas de amianto, como o Brasil, garantindo assim o permanente suprimento da matéria-prima.

Por mais de 50 anos, essas empresas multinacionais exploraram o amian-

to e dominaram o mercado nacional de telhas, tubulações e caixas d'água sem nunca mencionar os riscos à saúde associados ao mineral, cujas fibras permaneciam em órgãos, como o pulmão das vítimas, eternamente. As doenças provocadas pelo amianto, incluindo o câncer, já eram conhecidas por estas empresas desde o começo do século 20.

A saga de “mineral mágico” até alcançar o status de “fibra assassina”, no Brasil, que levou ao seu banimento, em novembro de 2017, só pôde se efetivar graças ao trabalho árduo de muitos heróis anônimos e das associações de vítimas e familiares, cujas histórias serão retratadas neste livro.

Mais do que uma homenagem merecidíssima aos mártires, que tiveram suas vidas ceifadas pelo cancerígeno amianto, este livro é o retrato da luta coletiva de um movimento social vigoroso, que se organizou pela dor e sofrimento, mas que provou que a união pode vencer um lobby industrial poderoso e que um mundo sem amianto é, mais do que possível, necessário.

## No princípio, era o silêncio e o pó. A morte pisando leve

No princípio, era o silêncio e o pó. As máquinas das indústrias funcionando, uma névoa branca no ar, ainda mais visível quando os raios de sol entravam pelas frestas dos telhados das fábricas. Pelos cantos, trabalhadores tiravam seus cochilos pós-almoço deitados sobre os sacos semiabertos que guardavam a substância tóxica. Amianto, a fibra que mata, veneno. Também chamado asbesto. Era o material com o qual lidavam o dia inteiro. Esse mineral lhes fornecia o dinheiro suado que permitia a subsistência do mês, mas contraditoriamente arrancava desses trabalhadores a vida.

### Por décadas não foi dito nas fábricas que amianto mata

O pó que os empregados levariam nos macacões sujos para suas casas mataria também as esposas que lavavam a roupa. Muitos trabalhadores não recebiam sequer máscaras ou luvas. Botavam as mãos em cheio no veneno. Houve gente, como Pierre, que trabalhou na Eternit de Osasco, que morreu “entupido de amianto”, como relata o colega e atual presidente da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), Eliezer João de Souza.

Dos anos 80 até meados de 90, a desinformação era a própria morte. E a morte era adornada. Assistentes sociais da Eternit levavam coroas de flores e palavras de fé aos familiares dos que tinham morrido pelas próprias mãos da empresa, que, no lugar da conhecida logomarca da coruja sorridente, devia levar uma caveira com os dentes sujos de sangue.

Como para toda ação perversa há uma resposta resistente, ainda que demore, na década de 90 tem início a formação de grupos de trabalhadores e ex-empregados da indústria do amianto, vindos geralmente de famílias destroçadas que também foram levadas por doenças provocadas pela fibra

- como a asbestose, que causa endurecimento do pulmão, ou o mesotelioma, câncer letal. Essas pessoas começaram a se conscientizar, admitir e falar sobre o assunto que permaneceu por anos sob sigilo em seu dia a dia: o amianto mata.

Reuniram-se, fizeram exames que, infelizmente, na maior parte dos casos, apontavam doenças incuráveis e buscaram assistência jurídica.

Enquanto se falava em banimento na Itália, considerando que a emblemática cidade de Casale Monferrato, na região do Piemonte, é uma das que mais registrou mortes no mundo por contaminação de trabalhadores e população em geral, aqui no Brasil, até meados dos anos 90, ainda se discutia banimento versus uso controlado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), os auditores fiscais do Ministério do Trabalho, os ativistas do meio ambiente e os pesquisadores sérios já sabiam que não existe uso seguro do amianto. Amianto é fibra que, se inalada, aloja-se no corpo e não sai nem com faca. Não tem cura.

## **Caminhos possíveis: desviando-se do pó**

A luta em direção ao banimento do amianto foi um encontro de diversas frentes. Em meados dos anos 80, a engenheira de Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Fernanda Giannasi, por conta da fiscalização dos materiais de segurança utilizados em fábricas, começou a estudar o mineral lendo bibliografias a respeito, em conjunto com Mário Bonciani, um colega médico.

Na mesma época, têm início as discussões sobre o uso do amianto com o Sindicato de Trabalhadores de Capivari, com proposta de se ouvir empresários, sobretudo do setor do fibrocimento, trabalhadores e governo.

Com isso, cria-se em 1985 o Grupo Interinstitucional do Asbesto (GIA). Posteriormente, por iniciativa dos empresários, organiza-se um Comitê de Estudos do Amianto (CEA), inspirado no modelo lobista franco-canadense. Assim, o Sindicato de Trabalhadores de Capivari se fortalece. No entanto, abandona o posto de representante dos trabalhadores, passando a ocupar a posição de verdadeiro porta-voz do setor do fibrocimento na defesa do uso controlado.

Ao notar que tal mudança estava favorecendo a cartelização do setor

por meio do controle de produção, distribuição e mão de obra, a auditora Fernanda Giannasi propõe uma desmobilização, com fechamento dos grupos GIA e CEA.

Mas a indústria é boa em desferir golpes rápidos e se adequar para continuar existindo. No final da década de 80, como manobra, as empresas começam a seguir normas de segurança até ali ignoradas. Elas passaram a lavar as roupas dos trabalhadores em suas próprias dependências, a realizar exames médicos nos trabalhadores, dentre outras ações, adequando-se à Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre segurança no uso do asbesto. Tudo para disfarçar a morte e continuar lucrando.

Inconformada com as frequentes artimanhas das empresas, com um sindicato pelego e com o cartel e lobby que se formava, Fernanda compara toda movimentação pró-amianto com os “tentáculos de um polvo que, ao se moverem, sufocam tudo ao redor”.

Só conseguiu vislumbrar novas maneiras de se livrar desses tentáculos quando, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, viu que existiam muitas outras vozes às quais ela poderia se somar e, no limite de sua atuação como fiscal do trabalho, buscar representar.

Para se livrar dos tentáculos, foi necessário mudar de perspectivas, unir forças e enveredar por outras frentes de batalha. Foi então que se formou, como grande contraponto à lógica do lucro, e contra as doenças e mortes causadas pelo amianto, um verdadeiro conjunto de vozes.

Esse coro de vozes, mais do que sustentar este livro, é sua razão de ser. É o que será retratado aqui sob a perspectiva da luta social pelo banimento do amianto, ou os passos que formam a nada fácil, mas admirável história dessa luta, que vai culminar na aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do banimento do amianto em território nacional em novembro de 2017. Vejamos como se deu essa construção social e os desafios que ainda existem pela frente.

## Quando, como e por que as pessoas começaram a lutar contra o amianto?

A extração do amianto no Brasil teve início na década de 30 e seguiu a lógica do capital internacional. À medida em que os lucros aumentavam, mais indústrias abriam. Eram fábricas de telhas onduladas, tubulações e caixas d'água feitas por empresas como Eternit, estabelecida no Brasil em 1939, e Brasilit, que iniciou suas atividades em 1937. Ou de componentes utilizados na fabricação de freios, produzidos pela Lonaflex ou pela Thermoid. E assim por diante.

Com o aumento da produção, mais pessoas eram empregadas por esse setor da indústria. E mais empregados ficavam expostos ao risco de morte pelo contato com a fibra. Por décadas, o amianto teve licença para matar sem que os trabalhadores e suas famílias estabelecessem relação entre essas mortes e as doenças provocadas pela sua manipulação.

Por desinformação, trabalhadores chegavam a “brincar” com o amianto, como se fosse bola de neve, ou colocando uma porção do pó nas mãos e aspirando, tal como se usa o rapé\*. Ou então levavam para casa os feltros saídos das máquinas de lastra para a utilização como tapetes ou passadeiras de chão.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 125 milhões de pessoas no mundo estão expostas ao amianto, considerando não apenas os trabalhadores, que têm contato direto com a fibra, mas aqueles que se expõem indireta ou ambientalmente como, por exemplo, quem lava roupas sujas com a poeira, usuários de produtos à base de amianto ou moradores das redondezas das fábricas.

Se era difícil para quem teve contato direto com a substância associar causa e efeito, imagine para quem morava no entorno das fábricas e adoecia “por tabela”? As mesmas nuvens brancas de amianto que existiam nas dependências das fábricas fluíam até as casas próximas e se instalavam em seus cômodos.

---

\*Rapé é tabaco em forma de pó, consumido por inalação. Ao longo da história foi utilizado por índios, por nobres ingleses e norte-americanos e até mesmo por membros da realeza. Alguns acreditavam nas propriedades medicinais do rapé. Outros simplesmente utilizavam de forma recreativa para provocar espirros, sensação de prazer ou euforia.

Os trabalhadores já estavam pagando pelas consequências com seus próprios corpos, faltava ligar os pontos. Mas como fazer isso, sendo que as doenças do amianto podem demorar 30, 40, 50 e até 60 anos para se manifestar? Talvez isso, junto com o calar irresponsável e programado das empresas, justifique os sucessivos anos permeados por mortes silenciosas.

Faltavam vozes. Vozes oficiais, do campo da saúde e do trabalho, do governo, de políticas públicas, que pudessem orientar os trabalhadores da indústria do amianto e a sociedade em geral.

Essas vozes, quando vieram, confirmaram aquilo que os trabalhadores já intuía na prática, durante suas jornadas de trabalho. Que aquilo que manipulavam fazia mal.

Em 4 de junho de 1986, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprova a Convenção 162 sobre "Segurança na Utilização do Asbesto", a qual entra em vigor em 23 de maio de 1991 e é regulamentada em 28 de maio do mesmo ano pela Portaria 1/SSST do extinto Ministério do Trabalho.

Na metade da década de 90, a convergência dos encontros das vítimas da indústria do amianto, com o respaldo que começava a chegar dos órgãos governamentais internacionais e nacionais, consolidou um movimento pelo banimento, que veio sobretudo de coletivos, a princípio espontâneos, formados principalmente por ex-empregados.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entidade de pesquisa do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, foi uma das precursoras e protagonistas institucionais no debate da proibição do amianto a partir desse período. O Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), vinculado à entidade, dedicou-se tanto à realização de exames nos expostos quanto à produção de pesquisas por meio de entrevistas com essas pessoas. Os dados coletados respaldaram diversas publicações acadêmicas.

Em 1996, a Fundacentro, em São Paulo, por meio de seu ambulatório de pneumologia ocupacional, passa a fazer o acompanhamento médico dos ex-expostos da Eternit Osasco, fechada em 1993.

Somam-se a esses esforços outras instituições da saúde, dentre elas os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) da Freguesia do Ó (SP) e Osasco; Instituto do Coração (InCor) e Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Campinas (CIATox), da Unicamp.

Há que se destacar também a atuação e empenho de alguns dos médicos que acompanharam de perto as doenças do amianto e se dedicaram, mais do que a tratá-las, a compreendê-las. São estes profissionais: Hermano Albuquerque de Castro, Eduardo Algranti, Elizabete Medina Coeli Mendonça, Jefferson Benedito Pires de Freitas, Vilton Raile, Ubiratan de Paula Santos e Eduardo Mello de Capitani.

Em 2012, o Ministério Público do Trabalho (MPT) unifica suas ações em defesa da saúde dos trabalhadores expostos ao amianto, instituindo o Programa Nacional pelo Banimento do Amianto (PNBA), que estabelece diálogo com os demais atores sociais.

## Entender o todo para lutar por partes

No princípio, a luta contra o uso e comercialização do amianto seguiu o impulso que a gerou. Era grande, desejava a derrocada da fibra de forma definitiva e em um só golpe. Afinal, depois de tantos anos de silêncio e mortes, enfim era chegada a hora da grita em memória dos trabalhadores que já se foram, por eles e por suas famílias. E, também, por aqueles que ainda tinham contato com o amianto. Por isso, não se desejava nada menos que tudo, ou seja: o fim total da extração, do uso e da comercialização do amianto no Brasil.

A vontade era pulsante, assim como o apelo da luta. Mas o lobby que fazia o contraponto, pela permissão do uso do amianto, buscando o afrouxamento do debate pelo banimento e o silenciamento das vítimas, não estava dormindo. Fazia a disputa em todas esferas possíveis, o que incluía financiamento de campanhas eleitorais, cooptação de sindicatos e até mesmo a compra do silêncio de trabalhadores e familiares, com acordos extrajudiciais lesivos.

O lobby sempre foi como um grande muro para as vítimas do amianto.

Um imenso bloqueio que por anos representou entraves ao fim do uso da fibra maligna. Retardando, por exemplo, a aprovação de leis municipais e estaduais contra o mineral e impedindo o banimento nacional.

Os trabalhadores e organizações de trabalho e saúde passaram a levar as reivindicações pelo banimento e por reparações judiciais às vítimas a seminários nacionais e internacionais a partir dos anos 90 (como veremos com mais detalhes à frente). Os eventos foram responsáveis por ampliar, naquele momento, a visibilidade sobre a situação do amianto no país e por compartilhar informações sobre os avanços internacionais.

Na Europa, o movimento contra o asbesto já se mostrava bastante robusto. Fato que se desdobrava negativamente no Brasil. Com os bloqueios ao uso por lá, a indústria intensificou o uso do amianto em solo brasileiro, sob uma chuva de alegações de ordem econômica e social, como se estivessem contribuindo para o progresso do país.

As críticas e pressões internas eram fortes. Começaram a surgir estudos encomendados pela indústria apontando a inocuidade do amianto brasileiro. Além disso, diziam, "como ousava um país com tantos desempregados deixar de explorar essa fonte de emprego e renda?". Mas nada pode justificar a falta de ar, a perda do fôlego, o endurecimento do pulmão e a morte. Isso a indústria do amianto nunca ousou discutir, perpetuando aquilo que os militantes contra o amianto chamam de "pacto de silêncio".

## **Atingindo o alvo "comendo pelas bordas"**

A visualização mais global sobre uso do amianto proporcionada pelos eventos sobre o tema, que passaram a ocorrer no Brasil, municiou e movimentou aqueles que lutavam pelo seu fim.

O movimento sabia que era necessário olhar o todo, mas precisou lutar pela obtenção de conquistas pontuais, que se somavam, ao invés de dar cabeçadas no grande muro criado pelo lobby e receber negativas e mais negativas quanto ao banimento a nível nacional. Assim, os movimentos começaram a trabalhar pela aprovação de leis de proibição municipais e estaduais.

Em 1992, Carlos Minc, à época deputado estadual do Rio de Janeiro,

aproveitou a sua fala no Fórum Global, evento paralelo à Rio-92, no aterro do Flamengo, reunindo as ONGs e movimentos sociais, para denunciar o uso de materiais que continham amianto nas diversas instalações usadas para este mega evento patrocinado pelas Nações Unidas (ONU) e falar de suas intenções de fazer aprovar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) uma lei para o banimento do amianto.

A auditora do trabalho, Fernanda Giannasi, também estava no evento. O contato com a fala de Minc, somado ao encontro e conhecimento de novos ativistas sociais distantes da cooptação por empresas do amianto, como ocorrera com os sindicatos dos trabalhadores do fibrocimento, reacenderam nela uma imensa esperança de voltar a realizar trabalhos em prol das vítimas do amianto e seus familiares, agora com novas alianças e perspectivas. Retomou forças para incentivar a criação de grupos de resistência e luta cujas estruturas já começavam a se delinear por empenho dos próprios trabalhadores e ex-empregados das fábricas.

## Thermoid: quando as vozes se encontram, o grito fica mais forte

Se nos anos 80 ainda eram suaves as vozes dos trabalhadores, fiscais do trabalho ou ativistas que pediam o banimento do amianto, nos anos 90 isso se transformou. Já não dava para esconder as mortes que se tornavam mais frequentes e visíveis nas fábricas de amianto, definindo-as como ocasionais ou fortuitas.

Também ficou mais complicado para as empresas continuarem não fornecendo aos trabalhadores exames que fizeram nos próprios locais de trabalho e que muitas vezes comprovavam o adoecimento pelo contato com o veneno. Começava a se fazer saber os nomes dos médicos que haviam se vendido para a indústria e emitiam laudos falseados, com descrições vagas ou mentirosas do diagnóstico dos pacientes. Tudo em troca de dinheiro.

A comunicação sobre os males do mineral, quando começou a ocorrer, não se deu por telefone, jornal ou internet. Muito menos por WhatsApp. A rede social do banimento do amianto e indenização pelas contaminações e mortes teve início no boca a boca, ou “rádio-peão”, e, por contraditório que pareça, até por meios clandestinos.

Em 1988, a mobilização em torno de lutas operárias em prol de melhorias trabalhistas provocou o encontro de Marcos Zanin, que na época trabalhava em uma fábrica da Mooca, a Dynacast (SP), com José Costa Prado, coordenador do Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (Momsp).

O Momsp, conforme explica Prado, em entrevista para este livro, nasceu para disputar a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Uma diretoria que, segundo ele, não representava os trabalhadores e era composta por pessoas vindas de juntas de intervenção

sindical que a ditadura criou logo após o golpe de 64. Também conta que outra intenção do grupo, paralelamente, era dar formação política aos trabalhadores das fábricas.

Em 1991, Zanin continua as disputas operárias, mas em seu novo trabalho, numa fábrica de materiais de fricção, a Thermoid. Quando Prado pergunta como está o novo emprego, ouve do colega resposta preocupante:

“Olha, aquilo ali é coisa do começo da revolução industrial. A Cipa é fantasma, não tem eleição, os patrões a constituem e depois mandam peão assinar a ata, coisa desse tipo. É preciso que a gente faça alguma coisa”, relata Prado, lembrando das impressões de Marcos.

Nesse contexto inicia-se o trabalho de conscientização política na Thermoid, antecedendo as discussões sobre a manipulação do amianto, que contaminava os trabalhadores da fábrica. A discussão política, ali, preparou o terreno e foi pano de fundo para que a empresa deixasse de usar o asbesto.

## Encontros clandestinos que ampliaram a voz do movimento

Marcos sorri durante a entrevista para o livro quando pergunto sobre os encontros clandestinos que os operários das décadas de 80 e 90 realizavam e que, no caso do grupo que se formou na Thermoid, serviu também para que se abrissem campos para falar do perigo daquele mineral com o qual lidavam muitos trabalhadores da fábrica, o amianto.

Para ele, os grupos clandestinos vêm da resistência à ditadura militar, período em que os operários eram frequentemente perseguidos. Dentro das fábricas, pela opressão do patrão e pelos olhos da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Fora dos muros das fábricas, pelo regime.

“O grupo clandestino de fábrica não nasceu na Thermoid; não foi assim por acaso. É porque dentro das empresas, particularmente dentro das fábricas, não há democracia. Qualquer movimento de resistência que o trabalhador faça espontaneamente, de forma inocente, vai ser podado." Qualquer tentativa de organização, se não for bem estruturada e bem pau-

tada, o patrão simplesmente esmaga”, complementa Marcos, explicando a origem dos encontros dos trabalhadores da Thermoid e as dificuldades que enfrentaram para se articular.

Quando entrou na Thermoid, Marcos conta que se assustou muito com as condições de trabalho, que considerou severas e hostis. Ele era do setor de manutenção e via que os trabalhadores escalados para mexer com amianto manipulavam a substância de forma totalmente desprotegida (sempre haverá citações ao longo deste livro reiterando que definitivamente não existe uso seguro do amianto). Os demais trabalhadores, mesmo que não tivessem contato direto, estavam igualmente expostos, só de estarem ali, no prédio da fábrica, respirando o veneno. Nem a vizinhança ficava livre da nuvem mortal de poeira que extrapolava os muros das fábricas.



O grupo nasceu na minha casa no Jardim Sapopemba. Não tinha cartilha. Como faríamos, por onde começar? Iniciamos a leitura do livro “Cem anos de luta da classe operária no Brasil 1880-1980”, do Vito Gianotti, mas nem conseguimos terminar, porque as demandas vieram. Entre elas estava a discussão política, a condição da fábrica e a segurança dos trabalhadores.

Quem estivesse no grupo teria de ser ponta-firme, a gente precisava se preservar por questões óbvias, porque precisávamos do emprego e para o trabalho ter consistência e ir adiante. Não sabíamos até onde iríamos, qual seria nosso alcance em termos de conquistas ou quanto tempo ia durar.

O mote do grupo, por circunstância, era a questão do amianto, da segurança dentro da fábrica, da Cipa. Lógico que existiam questões salariais, de disputa do sindicato, questões que outras fábricas já enfrentavam. Enquanto o grupo existiu, carregou essa missão.”

**Marcos Zanin, ex-empregado da fábrica Thermoid**

O grupo criado para debater as condições irregulares de trabalho na Thermoid nasceu, portanto, com estas duas pessoas. Mas, como uma árvore, seguiu o seu fluxo: cresceu, chegando a contar com 12 trabalhadores que falavam, sim, de amianto. Mas não só. Falavam também de política, dos olhares opressivos e vigilantes sobre seus trabalhos.

O grupo deu frutos. Seus membros se articularam para ocupar lugar na Cipa, conquistando melhores condições de trabalho para todos, e discutindo, enfim, o amianto e suas consequências, assunto que era quase tabu, até então, e, se bobear, tema de discussão menos frequente do que as mortes que se avolumaram nas décadas anteriores, em tempos de silêncio.

## Interdição da Thermoid

Marcos Zanin, enquanto membro do Momsp, atuava de maneira discreta mas ativa dentro da Thermoid, observando as condições de trabalho e arregimentando trabalhadores para o grupo. Em sincronia, o coordenador do movimento, José Costa Prado, produzia boletins contestatórios com causas trabalhistas, distribuindo-os na fábrica. E o grupo crescia. Não apenas em número, mas na qualidade das discussões e deliberações, que incluíam na pauta a manipulação do amianto na Thermoid.

O grupo decidiu que estava na hora de acionar algum órgão público na tentativa de alavancar uma fiscalização da fábrica. Prado ficou incumbido da tarefa de ir até a Delegacia Regional do Trabalho e foi lá que conheceu o engenheiro José Roberto Muniz de Aragão, chefe do departamento de segurança e saúde, que foi logo perguntando qual era a intenção da ação: interditar a fábrica? Negociar? Intervir? A primeira opção não foi descartada. Pelo contrário, foi a mais cotada. Então, a fiscal do trabalho destacada para o caso foi Fernanda Giannasi.

Na época, Fernanda atuava junto ao Sindicato dos Químicos de São Paulo. Contatada pelo grupo da Thermoid, ficou receosa quando soube que era uma formação clandestina. O que logo se diluiu, quando foi informada das pressões e opressões vividas pelos trabalhadores.

“A Fernanda que, a princípio até ficou desconfiada do grupo, passou a entender como a coisa funcionava. A partir daí a gente ficou mais assus-

tado ainda porque começou a tomar ciência das regras para se utilizar o amianto, da concentração de fibras por centímetro cúbico. A gente não sabia quase nada. Começamos a tomar consciência e transmitir isso para o conjunto dos trabalhadores. A empresa foi obrigada a alterar suas instalações, rever a proteção e realizar exames médicos nos trabalhadores, mais uma porção de coisas que era obrigada a fazer e não fazia”, relata Zanin.

Chega, enfim, o dia da ida à fábrica. Zanin lembra que na ocasião o sindicato uniu-se à empresa e impediu a interdição total da fábrica, conforme planejado por eles. Fernanda conseguiu uma interdição parcial, fazendo parar algumas máquinas e setores. Além de fiscalizar a Thermoid São Paulo, também vistoriou a outra unidade da fábrica em Salto, no interior paulista.

Como consequência das fiscalizações, a Cipa da Thermoid se fortaleceu, ganhando real representatividade e poder de modificar realidades desajustadas de trabalho. Quando a fábrica de São Paulo (capital) fecha, em 1995, as sementes já haviam sido lançadas, pois nesse período os trabalhadores da Thermoid já haviam conhecido - e se unido - aos empregados da fabricante de telhas e caixas d'água, a Eternit Osasco.

Era o início da formação da primeira associação brasileira que lutaria pelo banimento do amianto e por reparações às vítimas e familiares. Conheceremos a seguir sua história e as histórias das alianças que surgiram nos outros estados, formando uma grande rede nacional contra a fibra assassina, uma rede com reflexos e participação na luta mundial.

# **Linha do tempo do surgimento das associações de vítimas**

**1995**

Abrea - Osasco - São Paulo

•

**1997**

Abrea - São Caetano - São Paulo

•

**2001**

Abrea - Rio de Janeiro

•

**2002**

Abea - Bahia

•

**2006**

Aprea - Paraná

•

**2007**

Agea - Goiás (cooptada pela indústria do amianto)

•

**2009**

Apea - Pernambuco

•

**2012**

Avicafe - Bahia

•

**2014**

Abrea - Londrina - Paraná

•

**2015**

Abrea - Pedro Leopoldo - Minas Gerais

•

**2019**

Abrea - Rio Grande do Sul

## Nascimento da primeira Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) - Osasco - São Paulo

### A Eternit e sua coruja de ouro, sangue e morte

A junção dos trabalhadores da fábrica de freios, Thermoid, e da fabricante de telhas e caixas d'água, Eternit, com apoio e incentivo da auditora do trabalho, Fernanda Giannasi, daria as bases iniciais para formação da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), sediada em Osasco, região metropolitana de São Paulo.

Foi a primeira associação de expostos e ativistas sociais que surgiu no Brasil para combater o amianto e prestar apoio às vítimas e familiares dos contaminados, tanto no sentido da união e solidariedade, quanto no encaminhamento das ações, orientando os associados para o conhecimento de seu real estado de saúde e sobre os caminhos judiciais para obter reparações.

Entre as pessoas que tiveram suas vidas afetadas pelo amianto, há as que se foram e deixaram aqui suas famílias, que tentam responsabilizar as empresas pelo mal causado; e aqueles que permaneceram aqui, doentes, arcando com os altos custos de tratamentos médicos que amenizam, mas que nunca vão retirar de seus corpos as fibras indestrutíveis instaladas por indústrias irresponsáveis, que distribuíram a morte em troca de poucos salários.

“Se eu não tivesse passado pela faca, estaria morto”, diz Eliezer João de Souza, de 77 anos, presidente da Abrea.

Eliezer trabalhou na Eternit de 1968 a 1981, na seção de corte e acabamento, mas soube dos males do amianto e da própria contaminação somente em 1995, mais de uma década depois de sua saída da empresa. Teve quatro pneumonias e recebeu o diagnóstico: o amianto instalou-se em sua

pleura, membrana que reveste a superfície interna do tórax e a externa dos pulmões. Foi quando fez a operação para retirar nódulos.

Ele se lembra de como o amianto pairava no ar dentro da fábrica, vindo das máquinas e das serras que produziam o pó, refluindo para baixo e para cima. “Tinha também um moinho para triturar materiais para reaproveitamento, que produzia o pó mais fino e mais perigoso da fábrica. Era um britador que funcionava 24 horas, de segunda a sexta”, recorda Eliezer.

Por causa desse pó finíssimo, acredita ele, uma senhora que era doceira e que nunca trabalhou na fábrica, mas morava nas redondezas, teria se contaminado e contraído mesotelioma.

E embora o amianto fosse visível a olho nu, no dia em que havia fiscalização na fábrica, o pó tinha de desaparecer. Os mestres das seções mandavam os empregados sumirem com o mesmo pó mortal que nos outros dias encobria o ambiente sem preocupação alguma. À época, Eliezer começou a se questionar: “por que tenho de limpar o pó?”.

Esconder é assim. O que não se vê ou nomeia e nem se fala a respeito, não se sabe e não se combate. Morre sem saber, acreditando ser coisa natural ou divina. Por 50 anos, conta Eliezer, a Eternit escondeu dos trabalhadores informações sobre os perigos do amianto. E mesmo quando as causas das mortes ficaram evidentes, ainda assim não havia, por parte do trabalhador, uma recusa imediata de trabalhar com o veneno. Havia, sim, um grande dilema.

A família questionava o pai ou irmão empregado: “medo do pó?”. A preocupação, por parte daqueles que sustentavam casa, parecia ao entendimento dos familiares até mesmo caso de “frouxidão”. A Eternit foi a empresa que mais empregou na região de Osasco, e foi a maior planta da multinacional em todas as Américas. Com suas mortes silenciosas e silenciadas, representou, para muitos, essa ambiguidade. De um lado, o emprego e o salário. Do outro, a doença e a morte. Até que ela fechou e foi embora de Osasco em 1993.

Em 1995, fatores diversos levaram a um novo momento de fortalecimento da luta contra o amianto. De um lado, crescia a articulação de trabalhadores e ex-empregados da Thermoid e da Eternit em torno da causa.

Sem conhecer teórica e profundamente “a tal da mais-valia”, eles, melhor do que ninguém, intuitivamente e na prática, já associavam a despudorada ambição por lucros a qualquer custo das empresas com as doenças e mortes de colegas, ou com os próprios males adquiridos. Estava então na hora de responsabilizar as empresas.

Paralelamente, havia as investigações sobre amianto e fiscalizações em fábricas pela auditora do Trabalho Fernanda Giannasi e seus colegas. Até ali, Fernanda já tinha sido ameaçada uma série de vezes por seu combate ao amianto. Foi acusada por lobistas da indústria canadense de prejudicar interesses nacionais e querer acabar com importante fonte de renda do país, a indústria do amianto.

No Brasil, as reprimendas não eram brandas e transformavam-se em ações. Por sua “insubordinação” - leia-se: ficar ao lado da saúde e vida dos trabalhadores, interditando fábricas de amianto -, Fernanda foi transferida da sede da antiga Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo para a Subdelegacia do Trabalho em Osasco, onde as principais fábricas de amianto (Eternit e Lonaflex) já estavam fechadas.

Foi um tiro que saiu pela culatra, para quem pensou que a cidade enterriaria sua luta. Foi em Osasco que tudo que Fernanda havia apreendido, pesquisando os perigos do amianto, seria revertido em ação.

Parar, para a auditora, já não era mais uma possibilidade. Nunca foi, desde que soube dos perigos do amianto, verdadeira devastação sobre a vida humana, já na década de 80. Sua vida particular e trabalho já estavam imbricados de tal maneira, que Fernanda soube que estava grávida em uma das vistorias da demolição da planta da Eternit, pelo exame que estava em sua bolsa, feito sob recomendação do próprio médico da empresa ao vê-la sentir-se mal durante uma fiscalização anterior.

Ela deu todo apoio e incentivo possíveis para que a primeira associação contra o amianto se formasse. E aconteceu. O primeiro presidente foi Fernando José Chierici, morto por asbestose em 2003. Ele ficou cerca de seis anos na função.

Em seguida veio Eliezer, em 2001, que já soma quase duas décadas na presidência da Abrea Osasco, por “exigência” de seus colegas. Quando ele

tomou posse, já havia 300 associados, entre vítimas e familiares cadastrados. Hoje são 1.016 cadastros, somando as unidades Osasco, São Caetano do Sul, Londrina e Pedro Leopoldo.

E o que a associação representa para Eliezer? “Se não existisse a Abrea, eu não estaria aqui falando com você”, é a resposta que dá, depois de ter os olhos marejados. Mas toda lágrima se transforma em resistência e, quando fala, para além do papel da Abrea, sobre a luta de uma vida inteira contra as injustiças sociais, é ainda mais firme, definida e definitiva a sua voz:

“Não gostaria de ter de estar fazendo esta luta contra o amianto, que mata mais gente do que qualquer guerra. Mas como sei que a próxima geração não vai mais ter contato com este mal, sinto-me grato. O que nós conquistamos com o nosso trabalho foi um legado: o amianto não vai ter volta. Não tem mais como voltar atrás a produção e o uso legal do amianto no Brasil. A vida só tem sentido se lutarmos por ela. Dentro de nossas possibilidades, fizemos o que tinha de ser feito”, sustenta o presidente da Abrea Osasco.

## **Aprovação da Lei Municipal de banimento do amianto em Osasco**

A cidade de Osasco, na região metropolitana de São Paulo, sediou por mais de 50 anos a maior fábrica de cimento-amianto das Américas, a Eternit. Por isso é considerada grande berço da luta contra o amianto no país. Ganhou até título de “capital nacional das vítimas do amianto”.

Mesmo com fechamento de sua planta em 1993, a Eternit deixou uma herança maldita para Osasco: a responsabilidade da retirada e descarte seguro do amianto. Até hoje há telhas que cobrem escolas, hospitais e outros órgão públicos, como o prédio da prefeitura, contendo a fibra assassina.

As principais empresas que trabalhavam com o asbesto na cidade eram a fabricante de telhas e caixas d’água, Eternit, e a Lonaflex, que utilizava a fibra para fabricação de lonas e pastilhas de freios automotivos.

No início da década de 80, não havia fiscais do trabalho especializados

e em número suficiente para vistoriar as fábricas, mas obviamente já havia trabalhadores doentes pelo contato com o amianto.

Até então, as poucas informações que se tinha sobre substâncias e seus possíveis riscos vinham da prática, quando os trabalhadores adoeciam e relacionavam o fato com as funções que exerciam; ou então vinham das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e eventos realizados por sindicatos engajados com as condições de saúde e trabalho.

Em Osasco, a conscientização sobre os perigos de morte ficaria mais exposta em meados da década de 90, quando se deu o encontro do então vereador Marcos Martins com a fiscal do trabalho Fernanda Giannasi e o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Carlos Aparício Clemente, possibilitando a formação de uma aliança local contra o amianto.

Todos eles, em suas devidas funções, tiveram conhecimento dos adoecimentos e mortes por amianto nas fábricas de Osasco a partir do contato com trabalhadores. Bastava ligar as informações. E agir.

Marcos Martins articulou com Fernanda a redação de uma lei municipal de banimento e levou à Câmara. Passou a defender a proibição em todas as sessões que participava, mencionando e registrando em atas os nomes das vítimas fatais e alertando sobre a necessidade de mudar o destino dos contaminados com o fim da produção, do uso e da comercialização do amianto, além de impor às empresas normas mais rigorosas e restritivas.

O cenário era difícil. Conforme relembra Marcos Martins, o presidente da Câmara à época, José Santos Sasso, tinha uma transportadora, a Transportes Sasso, cujos principais clientes eram empresas do setor do fibrocimento, dentre elas a Eternit. Para Sasso e seus interesses, a aprovação do banimento definitivamente era algo a ser barrado.

Outros vereadores foram sendo cooptados principalmente pela Eternit de tal maneira que nem mesmo um certo vereador que era médico ficou contra o mineral que à época, já se sabia, matava. Fora isso, eram inúmeros os convites para que os parlamentares visitassem a mina de amianto em Minaçu, Goiás, prática que foi batizada pelos trabalhadores de “Mina Tour” ou “AsbesTour”.

Toda vez que a proibição era debatida, a Eternit enviava comissários para fazerem pressão para que a lei não fosse aprovada. Um dos que mais apareciam era o próprio presidente do grupo Eternit.

O projeto de lei contra o amianto foi apresentado diversas vezes, tendo sofrido veto em todas. Quando as esperanças para a aprovação pareciam ter se esvaziado, Osasco recebe o Global Asbestos Congress (GAC), no ano de 2000, seminário internacional sobre amianto que reuniu mais de 300 participantes de 34 países.

Uma das justificativas da Câmara para não aprovação do projeto apresentado por Martins era de que a iniciativa deveria vir do Executivo. Diante disso, o vereador renunciou ao seu projeto de lei e abriu mão de seu protagonismo no tocante à matéria; tudo isso em prol da saúde da população de Osasco.

Então, o prefeito à época, Silas Bortolosso, enviou uma mensagem para ser lida durante o evento, comprometendo-se a interceder junto à Câmara pela lei de proibição do amianto na cidade, desarmando a justificativa pela qual o projeto vinha sendo reiteradamente vetado.

Em 13 de dezembro de 2000, é aprovada a Lei Complementar 90, que proíbe, no município de Osasco, o uso de materiais produzidos com qualquer tipo de asbesto, ou amianto, nas construções públicas e privadas. Marcos Martins aproveitou a conquista da aprovação para levar o conhecimento da lei a cidades do entorno, como Embu das Artes e Taboão da Serra, a fim de estimulá-las a criarem suas próprias leis de banimento.

Depois da aprovação da lei, continuava o desafio de fiscalizar se as empresas estavam de fato substituindo o amianto em sua produção e se os produtos que levavam a fibra estavam deixando de ser comercializados. Havia ainda uma questão delicada. A população não estava gostando da história de ter de gastar trocando telhas e caixas d'água de amianto. Como informar as pessoas sobre os perigos da fibra? Era necessário, naquele momento, fazer as informações circularem.

“Lutamos para ampliar o alcance das informações sobre os malefícios do amianto para as pessoas, ex-empregados, trabalhadores em geral e membros de sindicatos”, lembra Marcos Martins.

## A luta para aprovação da lei contra o amianto no estado de São Paulo

Em São Paulo, o banimento do amianto veio com a Lei Estadual 12.684/07, de autoria de Marcos Martins, à época recém eleito deputado. Mas a trilha percorrida para sua aprovação não foi fácil. Do início da luta em meados da década de 90 até a proibição estadual, deu tempo do lobby pressionar parlamentares, fazer acordos escusos e abusivos com as vítimas, intimidar ativistas e militantes e deu tempo de muita gente morrer impunemente.

Desafios e injustiças à parte, vale ressaltar que o período também foi marcado pelo fortalecimento da rede de ex-empregados que se reuniam para formar associações contra o amianto em todo país; pela ampliação da divulgação de informações sobre a “fibra que mata”; pelas indenizações aos vitimados; pela aplicação de penalidades às empresas.

Assim que Marcos Martins se tornou deputado estadual em 2007, a Abrea solicitou a ele que apresentasse um projeto de lei para dar continuidade e amplitude à luta. Durante as audiências públicas para discutir o amianto em esfera estadual, voltaram as mesmas pressões do lobby.

Roberto Gouveia, em período anterior como deputado estadual, apresentou o Projeto de Lei 648/96, sancionado como Lei 10.813/01, que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2003.

Marcos Martins então estudou o projeto, retirou os pontos que haviam sido contestados na lei anterior e reapresentou a proposta sob a forma do PL 384/07, transformado na Lei Estadual 12.684/07, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

A segunda lei paulista, assim como a de outros estados, enfrentaram Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adi), ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) logo após serem aprovadas pelas Assembleias Legislativas e sancionadas pelos respectivos governadores.

No caso de São Paulo, o autor da ação foi a Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Indústria (CNTI), uma entidade nascida em meados da década de 40 para representar os trabalhadores da indústria e que, em tese, deveria defender somente os interesses de seus representados.

Em dezembro de 2007 foi concedida uma liminar pelo ministro Marco Aurélio Mello que suspendeu a eficácia da lei paulista, que só voltou a vigorar em junho de 2008, após cassada a malfada liminar.

Informações do passo a passo da judicialização do amianto no Brasil, com os trâmites e idas e vindas das ações no STF, podem ser conferidas no capítulo final deste livro, que detalha como advogados da área trabalhista contribuíram para a construção social na luta pelo banimento do amianto.

## **Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região contra o amianto**

Em 1979, foi a primeira vez que sindicatos de setores diversos uniram-se em torno de uma Semana de Prevenção da Saúde do Trabalhador (Semsat). A cartunista Laerte Coutinho encarregou-se de fazer um gibi falando sobre as precárias condições de trabalho vigentes à época.

Carlos Aparício Clemente já era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco e Região à época. Ele lembra que os assuntos mais discutidos no evento foram silicose (doença gerada por inalação de pó de sílica, comum entre ceramistas) e doenças pulmonares provocadas por poeira. Até então o amianto não era pauta.

Foi quando os sindicalistas começaram a conversar com os trabalhadores da indústria de pastilhas e lonas de freios automotivos Lonaflex, de Osasco, que tomaram ciência da “poeira” a qual os trabalhadores estavam expostos. Começaram a ampliar pesquisas e souberam também de outras fábricas que utilizavam amianto.

Alguns anos mais tarde, a partir da aproximação dos trabalhadores da indústria do amianto com órgãos de fiscalização do trabalho, é que os membros do sindicato compreendem o mineral cancerígeno como um problema de saúde pública e algo a ser combatido.

Já na década de 90, munidos de mais informações, o sindicato lança

campanha contra o uso do amianto na indústria automobilística. Clemente recorda-se das pesquisas que realizaram antes de participar de uma audiência pública em Brasília sobre o tema.

Os diretores do sindicato ficaram chocados ao saberem quais e quantos produtos levavam amianto em sua composição. Nova surpresa se deu quando descobriram que algumas empresas produziam peças automotivas sem amianto para exportação e com amianto para a comercialização no Brasil.

Em 1992, durante reunião de fabricantes do setor automobilístico com sindicatos e membros do governo, chega-se ao consenso de cessar o uso do amianto na produção naquele mesmo ano e de parar a comercialização até 1997.

A participação do sindicato foi essencial para a conquista dessa vitória. Além disso, o Sindmetal, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), esteve ativamente envolvido em várias outras batalhas contra o amianto. Por exemplo:

- Levando às fábricas estudos que mostravam que a substituição do amianto não geraria desemprego no setor;
- Participação em seminário em Bruxelas, Bélgica, em 1997, sobre uso do amianto no Brasil. Na ocasião, sindicatos ligados à CNTI defenderam o uso controlado do amianto, em contraposição às três centrais sindicais, representadas na pessoa de Clemente, que defendiam o banimento.

“Se o trabalhador não tiver informações, não tem como se defender sozinho. O sindicato existe para lutar pelos interesses gerais dos trabalhadores e zelar pela preservação da saúde”, afirma Clemente, que até hoje acompanha com olhos atentos a questão do amianto no Brasil.



## Abrea de São Caetano do Sul, um ponto de resistência no ABC

O surgimento da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) em Osasco deixou clara a necessidade de o movimento se ampliar para que mais atingidos, sejam de outras cidades do estado de São Paulo ou de outras regiões do país, pudessem se unir sob a mesma bandeira: banimento do amianto e justiça para as vítimas.

Dessa forma, seria possível tratar de cada caso localmente, com independência e autonomia administrativa pelos grupos. No entanto, conectados por um movimento nacional, um "guarda-chuva", para tornar coletivos os planejamentos das ações estratégicas e de defesa do movimento como um todo. Um modelo horizontal de atuação, em contraposição com as formas clássicas de organizações verticalizadas ou piramidais.

É neste contexto, dois anos após o nascimento da Abrea, que surge em 1997 a segunda associação de São Paulo, em São Caetano do Sul. Nestor de Souza e Vicente Teodoro são os atuais representantes dessa associação, que é vinculada ao grupo de Osasco, seguindo praticamente o mesmo roteiro de atividades.

A Abrea de São Caetano se reúne no Sindicato da Construção Civil Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário "Solidariedade". A quase totalidade de seus membros são de ex-empregados da Brasilit, empresa que era líder do setor do fibrocimento, conhecida pela fabricação de telhas, tubulações e caixas d'água, pertencente ao conglomerado francês Saint-Gobain, que atua no Brasil desde a década de 30.

O próprio Nestor fez parte do quadro. Trabalhou na Brasilit de 1964 a 1981 e de 1986 a 1990. Ocupou diversos cargos nas duas passagens

pela empresa. No início, quando trabalhou como ajudante geral, foi o período em que mais teve contato manual com o amianto. Depois passou para laboratório de controle de qualidade e por fim ocupou o cargo de encarregado.

Ele contraiu asbestose. Descobriu que estava doente quando, por meio da Abrea, fez exames na Fundacentro (como é conhecida a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho) e no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas, ou Incor, entre os anos de 1997 e 1998.

Ele conta que o contato dos trabalhadores com o amianto era sem barreiras. Usavam “uma pequena máscara descartável de papel, e só”.

“O setor que eu trabalhava parecia algum lugar da Europa, com aquela névoa. Onde entrava um raiozinho de sol, na empresa, você podia ver as lâzinhas do amianto, ou as lãs em nossos cabelos. (...)Tínhamos vergonha de ir almoçar sujos daquele jeito, então jogávamos ar comprimido em nossos corpos e roupas para tirar um pouco da lã. Mas ar comprimido também faz mal, infiltra no corpo”, recorda-se Nestor.

Ele conta que de seus amigos da Brasilit ninguém ficou de fora, todos adoeceram. Seu processo de indenização está em Brasília, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), pendente de julgamento.

## Ambulatório no InCor para tratar as doenças do amianto

Após inquérito movido contra a Eternit em 2005, a empresa foi condenada a pagar multa de R\$1,697 milhão por não ter cumprido um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Trabalho de São Paulo (PRT-2), por denúncia da gerente do Programa Estadual do Banimento do Amianto da extinta Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo (SRTE-SP), Fernanda Giannasi.

No TAC, cumprido parcialmente, a Eternit se comprometia a notificar o INSS, por meio de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), todos os casos de trabalhadores acometidos pelas diversas doenças relacionadas ao amianto, que transacionaram acordos extrajudiciais para fins de reparação dos danos.

Por meio de esforços da Abrea SP e do Ministério Público do Trabalho, a quantia foi direcionada à criação de um ambulatório específico para o diagnóstico e tratamento de doenças do amianto, instalado no Instituto do Coração (InCor), do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Em 1998, o InCor já contava com um ambulatório geral de doenças respiratórias ocupacionais, mas esta multa, liberada judicialmente em 2017, permitiu a ampliação do escopo do ambulatório direcionado aos expostos ao amianto. Foi possível, com este recurso, a contratação de um médico e dois técnicos para exames de função pulmonar e foram adquiridos equipamentos para este fim (pletismógrafo, ergoespirômetro, espirômetros Koko, computadores, medidor de monóxido de carbono, entre outros).

Os atendimentos ambulatoriais são realizados todas as quintas-feiras das 8hs às 12hs. O serviço é aberto tanto para quem procura uma primeira avaliação,

quanto para os acompanhamentos e tratamentos posteriores de casos previamente diagnosticados. Cerca de 12 pacientes são atendidos por período, segundo o responsável pelo setor, doutor Ubiratan de Paula Santos, médico da Divisão de pneumologia do InCor e responsável pelo ambulatório.

Geralmente quem faz a triagem e o encaminhamento inicial dos pacientes é a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea). Quando o paciente chega ao InCor, é feita uma avaliação clínica e exames complementares iniciais, como radiografia e tomografia de tórax e prova de função pulmonar (espirometria ou prova completa). Por estar mais bem equipado, o que nem sempre ocorre nas demais unidades das redes básicas de saúde do país, o ambulatório também atende pacientes vindos de outras cidades e estados, encaminhados pelas associações locais de vítimas.

## Doenças do amianto

O doutor Ubiratan descreve brevemente as principais doenças relacionadas ao amianto. Podem ser malignas ou não, mas são em geral insidiosas, podendo levar décadas para se manifestarem. Quando diagnosticadas, por serem progressivas e incuráveis, as doenças são acompanhadas em sua evolução e tratadas pelo ambulatório do InCor ou no Hospital das Clínicas.

Dependendo da gravidade, nos casos de câncer, os pacientes são transferidos para o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) ou para centros de cuidados paliativos, nos casos terminais, a fim de terem os sintomas, muitas vezes atrozes, amenizados e receberem um tratamento mais humanizado.

**Alterações da pleura ou doenças pleurais:** São as doenças não malignas mais comuns, que acometem a maioria dos expostos ao amianto, sendo a principal delas o espessamento da pleura, que é a membrana que reveste o pulmão. “A pessoa inala a fibra, que entra no pulmão e cai no espaço pleural, onde pode provocar derrame, uma inflamação chamada de placa pleural ou espessamento difuso da pleura. Não existe tratamento que a elimine”, esclarece o médico. Embora a princípio as doenças não sejam malignas, podem evoluir para quadros mais graves provocando importante limitação da função pulmonar.

**Asbestose:** É uma fibrose do pulmão gerada por cicatrizes da inflamação, tornando o pulmão rígido e diminuindo sua capacidade de troca gasosa, levando a uma acentuada e progressiva falta de ar, mesmo aos pequenos esforços do cotidiano. Estágios avançados da doença demandam suprimento de oxigênio permanentemente e, dependendo do estado geral do paciente, podem exigir até transplante de pulmão. Pacientes com asbestose têm maior risco de desenvolver câncer de pulmão, porque o indivíduo inalou maior quantidade de fibras, que acrescenta um risco adicional, pois a inflamação crônica da asbestose facilita a ocorrência de mutações nas células e o desenvolvimento do câncer.

**Câncer de pulmão:** O ambulatório dos expostos ao amianto do InCor realiza avaliações nos pacientes em tratamento a fim de diagnosticar precocemente alterações pulmonares que possam sugerir câncer. Com diagnóstico precoce, é possível fazer cirurgia para remoção de nódulos, possibilitando a cura, em alguns casos, melhor qualidade de vida e sobrevida aos pacientes.

Se o tumor é maior, são aplicados diversos tratamentos, sendo os mais comuns a radioterapia e a quimioterapia. Atualmente, em determinados tipos de tumor, os pacientes são tratados com imunoterapia para combater diretamente as células malignas com a multiplicação de linfócitos ativados, retirados da biópsia e cultivados, os quais têm tido sucesso em bom percentual de casos de câncer.

O risco de câncer se potencializa para aqueles expostos ao amianto e que foram ou são tabagistas, em função do efeito sinérgico entre os dois agentes cancerígenos.

**Outros cânceres:** Ao amianto atribuem-se outros tipos malignos de neoplasia, como câncer de laringe, de ovário, e segundo estudos mais recentes, também de colorretal, de faringe e de estômago.

**Mesotelioma maligno:** Doença cujo único agente causador reconhecido é o amianto. É o chamado “câncer do amianto”. Pode atingir membranas que envolvem órgãos importantes – como a pleura, que recobre o pulmão; peritônio, a cavidade abdominal; pericárdio, o coração; túnica vaginal, os testículos. Não existem ainda tratamentos eficientes que curem o mesotelioma. Um dos métodos mais empregados continua ser a quimioterapia, com medicamentos cada vez menos causadores dos indesejáveis efeitos colaterais. Também a imu-

noterapia tende a ser mais utilizada futuramente. A expectativa de vida de um paciente com mesotelioma, no Brasil, em geral, não passa de dois anos, já que o diagnóstico é feito tardiamente, quando o caso já está bastante agravado e há poucas opções terapêuticas.

## Tirar a tutela da saúde do trabalhador das empresas e disseminar tratamentos públicos e gratuitos

Embora veja como vitória a criação de um ambulatório para tratamento exclusivamente das doenças do amianto, o doutor Ubiratan acredita que falta, ainda, maior disseminação dos serviços públicos de saúde gratuitos para diagnóstico, tratamento e acompanhamento destas doenças (malignas e não malignas), que são oferecidos pelas unidades da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Isso auxiliaria, inclusive, em uma ação que Ubiratan considera fundamental que é a retirada das informações das condições de saúde dos trabalhadores das mãos das empresas; essa tutela da saúde passaria, então, para as unidades de saúde da rede do SUS, que devem salvaguardá-las em benefício dos próprio pacientes e dos tratamentos que venham a realizar, não o contrário.



O acompanhamento da saúde do trabalhador ser feito pela empresa é um erro. Tem de ser feito pelo poder público ou por um órgão, apartado da empresa. Atualmente, as empresas são quem organizam os serviços, realizam os exames médicos em seus trabalhadores, não fornecem os resultados adequados e os doentes são os primeiros eleitos a serem demitidos. O trabalhador ou trabalhadora não pode ter o seu prontuário médico nas mãos de uma empresa responsável pela sua contratação e demissão; isso é um tremendo equívoco”.

**Ubiratan de Paula Santos, médico da Divisão de  
Pneumologia do InCor.**

## Abrea Rio de Janeiro

### Mulheres iniciam combate à fibra assassina

Cada associação contra o amianto formada no país traz consigo as características que as fizeram nascer. Se a Abrea de Osasco e a de São Caetano do Sul, com presença predominantemente masculina, surgiram da necessidade dos ex-Eternit, Thermoid e Brasilit tomarem voz e buscarem reparações, o caso que será contado aqui, da Abrea do Rio de Janeiro, tem como destaque um movimento contra o amianto que teve mulheres como protagonistas.

Tudo começou quando Rosa Amélia Alves de Araújo, fiandeira na fábrica têxtil Asberit, atualmente Teadit, que utilizava amianto para produção de materiais de vedação e isolamento térmico, viu-se doente, com sérias dificuldades respiratórias. Por conta da doença chegou à médica dermatologista Maria das Graças Melo, que atendia numa unidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Rosa Amélia ficou exposta ao amianto por 14 anos, soube a dermatologista ao perguntar sobre sua ocupação. Na mesma hora a médica a encaminhou ao setor de pneumologia relacionada ao trabalho, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

No final do ano de 1995, a equipe médica interdisciplinar e de serviço social do Cesteh entrevistou Rosa Amélia e pediu para que entrasse em contato com ex-companheiras de trabalho para que também pudessem realizar exames.

A partir de então, Rosa Amélia adotou a causa, passando a ser uma grande mobilizadora social e referência, principalmente na fábrica onde trabalhou. Começou a entrar em contato e instruir empregados para além do

setor de tecelagem, do qual fez parte. Indicou cem trabalhadores que o setor de pneumologia ocupacional do Cesteh passou a acompanhar.

A trajetória, busca e empenho de Rosa Amélia, junto ao trabalho do Cesteh, lançaram bases para a fundação da Abrea no Rio de Janeiro, em 2001. Rosa faleceu no ano de 2006, diagnosticada com asbestose. Deixou um legado de luta contra o amianto que foi fixado, ampliado e reconhecido de tal maneira que o campus da Fiocruz inaugurou uma alameda em sua homenagem.

Maria Lúcia Nascimento do Carmo, a atual presidente da Abrea Rio de Janeiro, cita as memórias e as definições do grupo sobre o legado de Rosa Amélia e o trabalho da associação:

“O processo envolveu pesquisadores e trabalhadores. O movimento cresceu e se solidificou, tanto no atendimento às questões de saúde relacionadas ao trabalho, quanto na construção coletiva de uma luta por direitos que a empresa havia lhes negado. Demitia os doentes sem qualquer informação e esclarecimentos sobre tê-los expostos ocupacionalmente ao amianto”, lembra.



A Abrea do Rio de Janeiro teve como motivação principal para sua organização a indignação e a luta por melhores condições de saúde e vida, representada principalmente pela liderança de dona Rosa Amélia, que se sentia indignada por suas condições de saúde”.

**Maria Lúcia, presidente da Associação Brasileira de Expostos ao Amianto do Rio de Janeiro.**

## Dos primeiros encontros à consolidação da Abrea Rio de Janeiro: um movimento social se forma

No período de 1996 a 2001, as reuniões, tratamentos, seminários e demais atividades com os trabalhadores expostos ao amianto eram realizados no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), tendo como perspectiva o crescimento e solidifi-

cação do grupo como movimento social. Muitos encontros contaram com a presença de técnicos da Secretaria de Saúde, que passaram a participar das discussões.

Nesse período, e até 2004, o movimento foi composto substancialmente por trabalhadores da indústria têxtil, depois passando a contar também com os trabalhadores do fibrocimento.

A intenção era refletir sobre o amianto e a saúde dos trabalhadores, não só fornecer atendimento e exames. Depois da trabalhadora do setor têxtil, dona Rosa Amélia, apresentar doença relacionada à manipulação da fibra cancerígena, o médico do Cesteh, Hermano Albuquerque de Castro, colocou sua equipe em alerta, orientando os médicos que trabalhavam com saúde da mulher a entrevistarem colegas de dona Rosa para saber se também haviam se contaminado.

Rosa entrou em contato não somente com o grande contingente feminino da Teadit, que compunha o setor têxtil, como convocou trabalhadores homens, que ocupavam cargos em outros setores da empresa, a também realizarem exames para investigarem se não estavam contaminados.

A primeira surpresa foi ver a grande quantidade de pessoas reunidas pelo Cesteh que atenderam ao chamado de dona Rosa. A segunda foi o choque que estas pessoas tiveram ao saber do poder mortal daquilo que manipulavam todo dia, o amianto. O “trabalho de formiguinha” de dona Rosa é aquilo que os epidemiologistas chamam de “busca ativa”.

A professora, pesquisadora e assistente social Vanda D’Acri, que integra o Cesteh, acompanhou todo processo, tendo feito sua tese de doutorado sobre o tema. Ela conta que no primeiro momento o Cesteh realizou pesquisas com trabalhadores da indústria têxtil e a partir de 2004 teve contato com o grupo da Eternit de Guadalupe, também no Rio de Janeiro.

Ela destaca dois momentos de trabalho do coletivo. No princípio o propósito era a reflexão e a discussão da relação de trabalho e saúde, sobre como as pessoas teriam acesso a tratamento, como o trabalho estava afetando sua saúde, dentre outros pontos analisados pelo grupo.

Hoje em dia, Vanda acredita que o grupo tem outro enfoque, e tam-

bém outro impulso, dado pela chegada de novos membros que procuraram o Cesteh, bem como a vinda de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que estudam outros aspectos ainda não explorados relacionados ao amianto.

Para a pesquisadora, se os recém-chegados não receberem formação adequada, aumentarão as chances de se afastarem depois do diagnóstico médico e o ajuizamento de ação para indenização, sem aquisição de uma visão crítica da doença e de sua causa.

“A gente fala muito que o trabalho é fator de vida, de saúde, não de morte e doença. Tem de ser fator de realização. Temos de ver a realidade e tentar mudá-la (...). Enxergar que não é apenas trabalho de um indivíduo, mas muito mais coletivo e de transformação”, afirma Vanda D’Acri.

A ideia de criar uma associação contra o amianto no Rio de Janeiro surgiu como desdobramento dos trabalhos realizados pelo Cesteh. A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) foi fundada oficialmente na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em 2001, em evento que ficaria marcado na memória de todos que lá compareceram.

## **Trabalhadores do amianto no Rio de Janeiro: da opressão à compreensão**

No dia da votação da Lei 3.579/01 pelo banimento do amianto no estado do Rio de Janeiro, de autoria do deputado Carlos Minc, a Alerj estava lotada. Duas empresas do setor levaram seus empregados em ônibus para lá e antes se encarregaram de amedrontá-los dizendo que, se aquela lei fosse aprovada, seus empregos estariam ameaçados e seriam demitidos.

Os trabalhadores chegaram em polvorosa, vaiando aqueles que defendiam a aprovação da lei. As manifestações só cessaram quando o deputado começou a ler uma lista de nomes. Então o silêncio tomou conta do salão legislativo.

A lista havia sido solicitada por Minc a Hermano Albuquerque de Cas-

tro, médico da Fiocruz. Nela constavam nomes de trabalhadores da Asberit (atual Teadit), que foram colegas daqueles mesmos empregados que acompanhavam a votação. Nos atestados de óbito havia a descrição da *causa mortis*, na sua maioria, mesotelioma de pleura, câncer de pulmão e asbestose, doenças relacionadas ao amianto (vale observar a clara estratégia mercadológica da citada empresa, que mudou o nome de Asberit para Teadit a fim de excluir a alusão ao uso massivo do asbesto no passado).

Na sequência, Minc fez a leitura da lista de países que haviam substituído o amianto por materiais mais seguros sem que nenhum trabalhador fosse demitido.

Os patrões chantageadores amarraram a cara. Ainda mais depois, quando a lei foi aprovada e aqueles mesmos trabalhadores que haviam sido convocados a ir contra o banimento transformaram as vaia em aplausos. Ao saírem dali, começaram a se inteirar dos perigos do mineral cancerígeno, procurando orientações junto à Abrea e à Fundação Oswaldo Cruz.

Além de ser autor da lei de proibição no Rio de Janeiro, Carlos Minc, como membro da Comissão Especial para Acompanhar o Cumprimento das leis da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o "Cumpra-se", diz que trabalha não apenas para criar, mas para fazer valer as leis. Entre elas, aquelas de sua autoria que dizem respeito ao amianto: a Lei 3.579/01, que proíbe o amianto no estado do Rio de Janeiro; e a Lei 4.341/04, que obriga as empresas a indenizarem os trabalhadores no tratamento de doenças adquiridas pelo contato com o mineral.

Minc afirma que a aprovação da lei estadual de banimento do amianto e a comissão do "Cumpra-se" repercutiram positivamente em outros estados, servindo-lhes de exemplo. E na capital carioca, particularmente, fez com que o Metrô deixasse de utilizar amianto nas sapatas de freios, o que estava gerando contaminação dos trabalhadores.

Com as legislações, a refinaria de Duque de Caxias, Reduc, também parou de utilizar amianto para revestimento de dutos.

"O passo seguinte será a substituição do amianto remanescente nas ins-

talações e construções. Outro ponto é fazer cumprir a lei de minha autoria sobre acompanhamento e indenização dos expostos, o que está sendo feito apenas em parte. Vamos continuar pressionando para todos receberem tratamento e serem indenizados", afirma Minc.

## **Atividades da Abrea Rio de Janeiro**

Em 1997, aconteceu no Rio de Janeiro o seminário “Panorama Nacional - Uso Controlado ou Banimento”, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Já em 1998, o Rio foi sede de um seminário Internacional: “O Amianto e as Fibras Alternativas”, com objetivo de dar continuidade às discussões propostas no seminário nacional, principalmente sobre os temas referentes às novas tecnologias. No mesmo evento ocorreu uma oficina sobre metodologia de avaliação da exposição ao amianto, direcionada aos técnicos de laboratórios.

A Abrea Rio de Janeiro também promoveu oficinas e cursos de formação. Participou de seminários nacionais e internacionais e produziu impressos educativos, como a cartilha “Trabalhar sim e adoecer não”; o livro “Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho”, em parceria com a Faculdade de Serviço Social da UERJ; e o vídeo “Amianto - Um mal que o Brasil ainda permite”.

## Amianto na Bahia: “nevava no sertão”

Vem de longa data o início dos estragos do amianto na Bahia e, apesar de muitas lutas e vitórias contra sua manipulação pelas empresas, ainda há chão a percorrer.

Na década de 30, foi descoberta uma mina de amianto na fazenda de São Félix, em Bom Jesus da Serra, cidade que foi emancipada do município de Poções, localizada a 470 km da capital.

Tamanha presença do amianto ali fez com que o local ficasse conhecido por “cidade em que nevava amianto”. Comparações com paisagens europeias no inverno, ou expressões como “sertão com neve” também surgiram. O legado maldito, trágico e mórbido deixou lembranças até no cemitério da cidade, pitorescamente chamado “Branca de Neve”.

A Empresa Sociedade Anônima Mineradora de Amianto (Sama), atualmente Sama - Minerações Associadas, que pertencia ao grupo francês Saint-Gobain, explorou a mina de 1939 a 1967. Cavou, explorou até esgotar. Quando a retirada estava mais escassa e onerosa, tecnicamente mais complexa, abandonou o local. Transferiu suas atividades para a serra da Cana Brava, em Minaçu, Goiás, capaz de oferecer maiores quantidades de amianto. Mais mortes e mais lucro.

O grupo francês foi embora, mas não era o fim da saga do amianto na Bahia, pois na rodovia BA-093, na cidade de Simões Filho, perto de Salvador, permanecia a filial de fibrocimento da Eternit, que iniciou sua produção em 1967, com cerca de 650 empregados vindos de todo país. Somente em 2017, depois do banimento do amianto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a fábrica anunciou a total substituição do amianto em sua produção.

Além da Eternit, outros fabricantes usaram a fibra mineral na Bahia

como matéria-prima. Entre eles, a canadense de alumínio Alcan; a empresa de isolamento térmico Calorisol e a produtora de cloro-soda americana Dow Química.

Localizada em Candeias, na Bahia, a “The Dow Chemical Company” (conhecida por Dow Química ou Dow Brasil), ainda teima em utilizar o amianto “ao arrepio” da lei estadual baiana e da decisão da Corte Suprema Constitucional do país. Sua atuação fora da lei ultrapassa as fronteiras brasileiras. A mesma audácia se dá em outros países que já baniram a fibra assassina, tal como a Alemanha.

A empresa mantém forte pressão sobre o governo estadual baiano para continuar com o uso do mineral cancerígeno até 2026.

A Associação Baiana dos Expostos ao Amianto (Abea), uma das associações de vítimas locais, criada em 2002, repudia energicamente essa “autorização tácita para matar”.

## **Lei do banimento na Bahia**

Em 2007, foi apresentado na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) o Projeto de Lei 16.035/07, do então deputado Zilton Rocha, para proibição da extração, comercialização e uso do amianto na Bahia. O PL foi arquivado em 2011.

Em 2014, o deputado Rosemberg Pinto apresentou novo PL 20.985/14. Apenas em 2017 o projeto de banimento foi votado e aprovado pela Alba, tornando-se a Lei 13.830/2017, com uma única exceção a produtoras de cloro-soda, permitindo a utilização do amianto até 2026 como o principal insumo para confecção do diafragma, que é o elemento permeável separador no processo de eletrólise da salmoura.

Houve pressão para que o governador da Bahia vetasse essa exceção, num movimento coordenado pela Abrea, Abea, Avicafe e o Instituto Trabalho Digno, que ficou conhecido como “#vetarui” em alusão ao nome do governador Rui Costa, o que acabou ocorrendo em 28 de dezembro de 2017.

Como consequência da reiterada petulância das empresas do amianto,

surgiram na Bahia duas frentes fortes de enfrentamento. Além da mencionada Abea, a Bahia encontra campo de resistência na Associação das Vítimas Contaminadas pelo Amianto e Familiares Expostos (Avicafe), que representa ex-empregados e famílias atingidas pelo amianto da desativada mina da Sama, em Bom Jesus da Serra.

## O trabalho desenvolvido pela Abea

Em junho de 2002, a Bahia sediou um seminário com o tema “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente”, com objetivo de fomentar a discussão sobre impactos à saúde dos trabalhadores e da população, por contaminação indireta ou ambiental, causada pela exposição ao amianto.

O evento foi realizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça de Simões Filho, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, e abriu caminhos para o surgimento da Associação Baiana dos Expostos ao Amianto (Abea), fundada dois meses após o seminário.

A ideia era reunir, organizar, esclarecer e divulgar informações sobre o amianto àqueles que se expuseram de alguma forma ao agente cancerígeno e interceder pelas vítimas na transição até o banimento, considerando o desemprego e problemas sociais derivados.

A associação cresceu rapidamente e hoje conta com 600 cadastrados. Dos dados contabilizados, há registro de 35 processos individuais na Justiça. De 2001 até setembro de 2018, a Abea contabilizou 84 óbitos apenas de ex-empregados da Eternit em Simões Filho.

Também foram registrados os óbitos de duas mulheres que lavavam roupas sujas de amianto dos maridos, mortas por câncer de pulmão. Há mais três mulheres sob suspeita de contaminação. As causas de suas doenças estão sendo investigadas - uma delas adquiriu câncer no ovário.

O primeiro passo da associação foi fazer uma busca por ex-funcionários da empresa Eternit. A essa prática, utilizada pelas diversas entidades contra o amianto, é dado o nome de “busca ativa”.

Na primeira das buscas feita pela Abea, foram localizados 420 ex-em-

pregados, 234 deles encaminhados, na sequência, ao Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat) para realização de exames, sob cuidados da pneumologista Sônia Maria Sales.

A Bahia hospedou ainda outros seminários importantes e memoráveis para a luta nacional contra o amianto. O segundo seminário ocorreu em 10 de novembro de 2005, organizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPE-BA), em parceria com o Cesat, a Fundacentro, o Núcleo de Pesquisa em Direito da Universidade Federal de Feira de Santana, Abea e com o apoio do então deputado Zilton Rocha e vários outros atores sociais.

O terceiro seminário sobre amianto ocorreu em abril de 2018, numa realização da Secretaria de Saúde do Estado. Um ponto alto do evento foi o lançamento da campanha “Amianto – Desinformação mata”.

### **Vestindo veneno e levando mortes aos lares**

Os trabalhadores saíam da empresa sem tomar banho, com a mesma roupa utilizada na jornada de trabalho, impregnada de pó de amianto e cimento. Desse jeito chegavam em casa e tinham contato com esposa, filhos e outras pessoas, expondo-as à poeira impregnada no corpo e nas vestimentas.

### **Amianto para artigos do lar**

Além de contaminar seus empregados por décadas, a Eternit ainda vendia a eles pedaços de feltro com pó de amianto. As mantas eram reutilizadas como tapetes ou passadeiras nas casas dos trabalhadores.

## Atividades da Abea

Desde sua formação, as atividades da Abea consistem na realização de busca ativa por ex-empregados das indústrias do amianto e também de seus familiares, orientando contaminados que não possuem recursos para realizar exames e auxiliando nas questões de morte, desde trâmites pertinentes junto ao Instituto Médico Legal (IML), até enterro dos vitimados mais carentes.

A associação participa de audiências públicas locais sobre amianto e, para além da atuação dentro de seu território, ocupa uma cadeira no Conselho Assistencial do município.

Belmiro Silva dos Santos é o atual presidente da Abea. Assumiu a função em 2005, sucedendo Ivitalino dos Santos. Ele é portador de placas pleurais, diagnóstico relacionado ao amianto em laudo emitido pela própria empresa em que trabalhou, a Eternit.

Ele nunca conseguiu indenização. Seu caso foi de lá para cá na Justiça e foi considerado prescrito por uma formalidade legal, que estabelece que o prazo para a busca de reparação é de no máximo dois anos, a partir da data da ciência inequívoca da extensão e dos resultados da lesão.

De qualquer forma, o juiz já havia determinado que as placas pleurais não eram suficientes para o pleito, contrariando decisões da Previdência Social e do Ministério da Saúde, que classificam as placas como doença relacionada ao amianto.

Belmiro perdeu a ação, tal como aconteceu com o presidente da Abrea de Osasco, Eliezer João de Souza, cuja ação de indenização por placas pleurais teve o mesmo desfecho desfavorável, mas ajudar outros casos parece ter fortalecido suas próprias lutas e ter dado novo sentido às suas vidas.

Por meio da Abea, 380 pessoas, entre ex-empregados, viúvas e filhos dos contaminados, movem uma ação civil pública na Justiça do Trabalho por assistência integral à saúde dos expostos e indenização às vítimas e familiares. Ação semelhante foi proposta pelas Abreas de Osasco e do Rio de Janeiro em parceria com o Ministério Público do Trabalho.

Belmiro lamenta o fato de que algumas pessoas preferirem não participar desse processo, a exemplo de alguns ex-empregados ou viúvas “comprados pela empresa por meio de cestas básicas e festas”, abrindo mão das reparações às quais têm direito, contentando-se com esses pequenos “agradados”, que são verdadeiras mordanças.

Por outro lado, o presidente da Abea não se furta a referir-se com gratidão a pessoas e instituições que ao longo do caminho foram aderindo à causa, muitas das quais permanecem ao lado da associação até hoje.

## Conheça a história da Avicafe

### Uma conversa em primeira pessoa com o presidente

Numa sexta-feira a autora deste livro entrou em contato com Esmeraldo Teixeira. Conhecido como “Nego”, ele preside a Associação das Vítimas Contaminadas pelo Amianto e Familiares Expostos (Avicafe). À época da entrevista, Nego veio da Bahia passar uma temporada em São Paulo, para uma cirurgia complexa no Instituto do Coração (InCor), não disponível em Bom Jesus da Serra, onde mora.

A ideia era marcar uma entrevista para a segunda-feira mais próxima, mas ele achou melhor adiar um pouco mais. “Assim acho que posso falar do amianto sem me emocionar tanto”. Há poucos dias ele tinha saído do hospital.

Era a primeira entrevista que faria para este livro. Foi ali que percebi que não seria fácil absorver e contar os casos da devastação dessas pessoas que tiveram suas vidas e de suas famílias arrasadas pelo amianto.

Esmeraldo me recebeu em um apartamento da região central da cidade. Voz fina, fraca, mas ainda assim espelhando desejo de lutar - por ele, por outras pessoas. No sofá da sala estava Heitor, seu filho de poucos meses. Não pude deixar de engolir a seco pensando em até quando a doença vai permitir que pai e filho fiquem juntos. Também percebi que havia ali na sala, tomando bom espaço, pendurado na parede, uma lousa com sua agenda de rotinas médicas.

Esmeraldo tem a pele morena, baixa estatura, cabelos bem pretos na altura dos ombros. Como se fosse um índio, como lhe chamam, só que um índio do sertão do semiárido baiano. Contou sobre como a história de sua família se entrelaça num abraço de morte com a da indústria de amianto Sama, que chegou a sua cidade Bom Jesus da Serra, Bahia, na década de 30 e ficou até 1967, deixando para trás nuvens de pó mortal branco, amianto, e rastros de sangue.

A partir de 1939 a Sama passou a produzir amianto em escala industrial. Israel Teixeira, pai de Esmeraldo, foi o primeiro da família a trabalhar na empresa. Ficou até 1967, quando a Sama viu que explorar amianto na mina de Cana Brava, em Goiás, era muito mais rentável, abandonando na cidade rejeitos de amianto por todos os lados, uma leva de trabalhadores e da população doentes, suas edificações e estradas vicinais contaminadas por amianto; um passivo até hoje não mensurado e que tem acabado com a vida de muitos.

## Garimpo da maldição

A primeira vez que Esmeraldo teve contato com o amianto foi quando recebeu um martelinho de geólogo da Sama. Nem desconfiava que aquele era um brinquito de garimpar maldição. Ele tinha sete anos. Quebrava a pedra, extraía dela a fibra de amianto e botava numa capanga, como é chamada um tipo de bolsa naquela região, que era pesada ao término do trabalho. Após colhido, para os adultos, o amianto se transformava em algum dinheiro. Para as crianças, como ele, se transformava em biribinhas, daquelas que se estalam em festa junina, ou em doces.

Nem todos que se contaminaram em Bom Jesus da Serra trabalharam diretamente com a extração da fibra. Para chegar a fazenda São Félix do Amianto, até então pertencente à Sama, era necessário pegar uma estrada de 24 quilômetros, que permanece pavimentada até hoje por rejeitos de amianto em quase toda sua extensão. Uma das primeiras lutas da Avicafe foi pela retirada do mineral ao longo do caminho.

Esmeraldo conta que sabe de três casos de pessoas que se contaminaram assim, sem nem trabalhar para a Sama. Ele lembra que somente em passar pela estrada as roupas e pele já ficavam encobertas. “Chegávamos cheios de pó [de amianto], parecendo palhaços”.

Em 1987, duas décadas depois da saída da Sama de Bom Jesus da Serra, Israel, pai de Esmeraldo, começou a sentir extrema e persistente falta de ar. Estava doente e não sabia o que era. Tossiu. Tossiu até morrer.

Apenas nos anos 2000 é que Esmeraldo ficou sabendo o que matou

seu pai. Em seguida morreu sua mãe, “de causa desconhecida”, e um primo seu, que trabalhava na extração de amianto na mina de Cana Brava, por asbestose.

“O amianto foi a miséria de nossa família. Somos nove irmãos. Cinco são contaminados e quatro não fizeram exames ainda”, diz Esmeraldo.

Esmeraldo conta que os advogados locais não se interessaram em ajuizar nenhuma ação contra a Sama. Foi quando apareceu Dr. Júlio Fortes, vindo de Goiás, o único que se apresentou disposto e que já havia ganhado três processos de contaminados contra a mineradora do amianto.

Para início de conversa, o advogado perguntou a Esmeraldo se mil caçambas de terra cobririam os resíduos de amianto deixados para trás pela Sama, que foi embora para Goiás. “Nem um milhão de caçambas cobririam”, foi a resposta que ouviu, indicando a dimensão do problema.

A ação foi movida e continua até hoje em um fórum local. Para viabilizá-la, Esmeraldo contou com o apoio de Zilton Rocha, à época deputado estadual, presidente da Comissão de Meio Ambiente, e de seu primo, o professor Jânio Rocha. Com a reunião de forças, realizaram audiências públicas que chegaram a contar com quase 800 pessoas, segundo Esmeraldo.

A Avicafe surgiu no ano de 2012. Além de ter viabilizado discussões mais amplas sobre o amianto e seus perigos, com as parcerias firmadas pela associação conseguiu o envolvimento da Secretaria de Saúde de Bom Jesus da Serra, que passou a apoiar os expostos ao amianto para a realização de exames.

Junto da Associação Baiana dos Expostos ao Amianto (Abea), a associação contra o amianto, e a favor de justiça para os contaminados, formam importante e representativa frente em defesa pelo banimento do amianto a nível global articulando-se com os outros movimentos sociais locais, nacionais e internacionais.

# ÍNDICE DE FOTOS

## A HISTÓRIA DA LUTA CONTRA O AMIANTO RESUMIDA EM IMAGENS

3 - Thermoid: Trabalhadores protestam contra o pó que mata

4 e 5 - Abrea Osasco e São Caetano do Sul: assembleias de ex-empregados da Eternit/Osasco e da Brasilit/São Caetano do Sul, respectivamente

6 - Carlos Aparício Clemente do Sindicato do Metalúrgicos de Osasco e Região no 2º Encontro Nacional de Familiares e Vítimas do Amianto, em Campinas, 2016

7 - Dr. Ubiratan de Paula Santos, médico da Divisão de Pneumologia do Incor

8a e 8b - Abrea Rio de Janeiro: 1º Encontro Nacional de Familiares e Vítimas do Amianto em Petrópolis e em assembleia, que aprovou ingressar com ação civil pública contra a Brasilit

9a e 9b - Nevava no Sertão e Cemitério “Branca de Neve”, Bom Jesus da Serra. Imagens de arquivo de Inácio Teixeira

10a e 10b - Direção da Abea em visita à mina abandonada da Sama, Bom Jesus da Serra. Presidente da Abea protesta sobre o descaso das autoridades com as vítimas da Eternit de Simões Filho

11 e 12 - Avicafe - Esmeraldo Teixeira “Nego” denuncia a presença de amianto nas edificações de Bom Jesus da Serra. Assembleia de trabalhadores da Sama Bom Jesus da Serra

13 - Presidente da Aprea na votação da lei que aprovou o banimento do amianto em Curitiba

14 - Assembleia de constituição da Agea, que foi posteriormente cooptada pela indústria do amianto

15 - Assembleia mensal da Apea

16 - Abrea Londrina em assembleia aprova ingressar com ação civil pública contra a Infibra

17 - Assembleia da Abrea de Pedro Leopoldo realizada na cidade vizinha de Confins por pressão da empresa Precon

18 - “Judicialização do amianto” no STF. Banimento do amianto aprovado na sessão plenária de 29 de novembro de 2017

19 - Laurie Kazan-Allen e Fernanda Giannasi na cerimônia de premiação conferida pela Associação Americana de Saúde Pública em Chicago (Apha), 1999

20 - Atividades de conscientização contra o uso do amianto realizadas pela Abrea nos parques públicos de São Paulo

21 - O ex-deputado Marcos Martins, autor da lei que proibiu o uso do amianto no estado de São Paulo, participa da Semana de Proteção Contra o Amianto em Osasco

22 - Presidente da Abrea durante Semana de Proteção Contra o Amianto em Osasco

23 - Deputado Carlos Minc acompanha votação no STF sobre a constitucionalidade da lei, de sua autoria, que banuiu o amianto no estado do Rio de Janeiro

24 - Global Asbestos Congress (GAC) realizado em Osasco, 2000. Foto: Laurie Kazan-Allen

25 e 26 - Lideranças estaduais, regionais e participantes presentes no 2º Encontro Nacional de Familiares e Vítimas do Amianto em Campinas, 2016

27 e 28 - Lideranças estaduais, regionais e participantes presentes no 3º Encontro Nacional de Familiares e Vítimas do Amianto em São Paulo, 2018, lançam a palavra de ordem “O Brasil que queremos é sem amianto”

29 - In memoriam: Maria Geruza Correia Elvas, fundadora da Apea



# IN MEMORIAN

1 e 2 - Aldo Vicentin e José Roncadim. Amianto, eternidade ou uma tecnologia que leva à morte?







22



25



21



20



26



24







**"A luta continua. Nós estamos aqui  
pra lutar. Tem que ter muita esperança,  
tem que ter muita força de vontade."**

**MARIA GERUZA CORREIA ELVAS**

Fundadora da APEA ( ☆ 1952 † 2019)

30



31



30 - Ruth Maria do Nascimento, 31 - Sebastião Aparecido Alves da Silva (Chorão)  
32 - Walmir Domingos Felonta. Amianto, uma tecnologia que leva à morte.

32



## Aprea Paraná

### Campanha, busca ativa e preocupação com passivo ambiental do amianto

Três empresas que manipularam amianto durante trinta anos, em média, deixaram pelo Paraná um rastro de quase 16 mil contaminados. Esta é uma estimativa do Ministério Público do Trabalho no Paraná.

Elas localizam-se em diferentes municípios do estado, mas próximas à capital do Estado, Curitiba. Em São José dos Pinhais está a Multilit Fibrocimento Ltda.; na região da Cidade Industrial de Curitiba, a Isdralit. E em Colombo, a mítica empresa do ramo, a Eternit.

Por anos funcionaram como as demais empresas brasileiras do setor: contaminando em silêncio. Foi em 30 de junho de 2006 que um foco de informação e resistência surgiu. Aos moldes da Abrea Osasco/SP, surge a Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto, a Aprea, instalada em Curitiba.

“São 12 anos de trabalho de organização e localização das pessoas que foram expostas ao amianto no Paraná”, conta Herbert Fruehauf, que depois de receber ajuda em seu próprio caso (tem diagnóstico de asbestose), aceitou o cargo de presidente da Aprea.

Ele acredita que se não fosse a existência da associação, ainda se viveria no escuro, considerando que as empresas nunca disseram aos trabalhadores que o amianto é perigoso, que mata. Para ele, a Aprea tornou visível os perigos aos quais os trabalhadores estavam expostos, ampliando informações sobre o que é o amianto e o que faz com a saúde humana.

A Aprea conta hoje com 60 pessoas cadastradas, número crescente, segundo o presidente, já que se amplia também o número de familiares que

procuram orientações sobre como proceder em busca de reparação. São viúvas, filhos e filhas, geralmente.

Alguns dos que foram cadastrados vieram a partir de uma campanha realizada pelo Observatório do Amianto, que surgiu no Paraná em 2017, com intenção de localizar pessoas que estiveram expostas, direcionando-as para as unidades de saúde de seus respectivos municípios a fim de realizarem exames com especialistas. A campanha ocorreu em todo o estado, com foco nos locais próximos às fábricas.

O Ministério Público do Trabalho foi responsável por iniciar as tarefas de investigação e cadastramento. Como desdobramento, foi firmado um acordo com as Secretarias de Saúde de Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo, juntamente com a Aprea, para realização do acompanhamento de saúde dos expostos.

A agenda de atividades da Aprea é conectada com a da Abrea de São Paulo e sempre que possível os membros participam de reuniões de uma e de outra, conta o presidente.

Ele destaca duas lutas importantes encabeçadas pela Aprea, que foi a aprovação de leis municipais que baniram o amianto em Curitiba e São José dos Pinhais.

“O mais importante disso tudo é que é um trabalho não remunerado, voluntário e coletivo. Todo mundo se dedica com o tempo que tem disponível (...). É a vontade de cada um de querer ajudar para que não aconteça com mais ninguém. Agora pode se falar do assunto com certa segurança, porque o amianto está proibido. Claro que está em trâmite algum questionamento ainda. Mas já podemos falar que muitas pessoas não vão mais sofrer com o amianto”, aponta o presidente da Aprea.

Abaixo, vale conferir o relato da participação da Aprea a favor da aprovação da lei estadual do Paraná contra o amianto. Uma batalha que parece não ter fim.

## **Trabalho para espantar a assombração do amianto**

No Paraná, a pressão do lobby fez com que a Assembleia Legislativa do Estado arquivasse o Projeto de Lei 76/2011, de autoria do deputado Luiz

Eduardo Cheida (atual MDB), que proibia a manipulação, uso e o comércio do amianto em esfera estadual.

“Estava tudo certo, o projeto pelo banimento no estado do Paraná tinha passado por todas as comissões, e obteve todos os avais. O assunto foi seguidamente pautado. Então, dentro de uma semana o projeto saiu de pauta, por motivo que não foi muito bem explicado. Foi para o debate dos parlamentares de novo e em 15 dias conseguiram arquivar. Ficamos decepcionados por tudo aquilo que tínhamos feito, como por exemplo audiências públicas, seguimento de todas as etapas do projeto, para que, no final, alguns parlamentares conseguissem manipular e acabar arquivando esse processo, que permanece assim até hoje”, relata com frustração Herbert Fruehauf, presidente da Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto (Aprea).

Herbert conta que as três empresas que manipulavam amianto para fabricar seus produtos no Paraná não o fazem mais depois do banimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2017. No entanto, os lobistas querem fazer acreditar que, para o banimento valer, é necessário que haja uma lei estadual.

Uma das funções que a Aprea tomou para si e que colocará em prática, conta Herbert, é a pressão sobre os deputados que tomaram posse em janeiro de 2019, pela aprovação da lei estadual. Ainda que como reforço para efetivação do banimento nacional.

## Passivo ambiental do amianto

Em muitos locais as pessoas andam pelas ruas e veem restos de telhas, caixas d'água ou outras estruturas de amianto sendo abandonadas em qualquer lugar e sem qualquer cuidado. No Paraná, explica o presidente da Aprea, o fato é bastante comum e o que mais se vê é o descarte irresponsável desses materiais por proprietários de imóveis e empreiteiros, provenientes principalmente de reformas e demolições.

Outra situação de irresponsabilidade ocorre quando chove e estruturas de amianto são danificadas. A prefeitura faz uma parte do trabalho, recolhendo-as, mas não realiza a disposição final ambientalmente responsável

e adequada, conforme previsto na Resolução 348/2004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Como, então, ficará a remoção do amianto? Como o descarte será feito? Quem vai acompanhar a substituição das estruturas? São questões sobre as quais a Aprea se debruça no momento, questões ambientais e de saúde pública. Para o presidente da associação, os municípios terão de colocar em prática políticas que tratem desses temas, para que avancem além da proibição do uso e da comercialização.

## O pacto de silêncio entre algozes e vítimas

“A abundância por natureza” que caracteriza o Brasil em bons elementos, como paisagens, flora e fauna, é a mesma que o coloca em rankings em que nenhum país gostaria de figurar. Entre eles, o dos países que mais produzem amianto no mundo, competindo com Rússia, China e Cazaquistão.

A continuidade da produção, comercialização e uso de uma substância, um material ou produto, depois que sua nocividade e poder letal são atestados, ultrapassa as raias da razão. É maldade. Isso torna algumas pessoas e grupos do estado de Goiás cúmplices, ou melhor, agentes e *merchants* das mortes decorrentes da exposição às fibras do amianto. Pessoas morreram, continuam morrendo e muitas morrerão ainda, mas Goiás não proibiu a continuidade desta indústria insustentável do ponto de vista socioambiental, tendo o apoio incondicional da comunidade local, anestesiada pelo discurso apocalíptico há anos empregado por políticos inescrupulosos, sindicalistas oportunistas e pessoas influentes da região, que garantem que o amianto “branco e puro” de Minaçu, diferentemente do utilizado em todo o mundo, é benéfico à saúde física e financeira da população.

No Brasil, apenas este estado e Minas Gerais, pela empresa Precon, não interromperam de imediato a produção do amianto após a proibição pelo STF. Alegaram, entre outras coisas, estarem cobertos pela falta de legislação estadual em Goiás e de haver um prazo até 2023, previsto na lei de banimento de Minas Gerais, para que ela passe a vigorar plenamente. No início de 2019, a Precon sucumbiu à pressão do mercado e das vítimas e renunciou ao uso do amianto. A mineradora Sama, que se situa em Minaçu, e que já não pode mais comercializar seu produto no território nacional, continua a pleitear junto ao STF um período de transição com um pra-

zo adicional de no mínimo 10 anos para exportar a sua produção. E conta com o total apoio do sindicato dos trabalhadores da mineração local, que tem aprovado em assembleias licenças não remuneradas repetidamente, em troca da ilusória promessa de uma sobrevivência de mais 10 anos para esta atividade combatida em todo o mundo e proibida em mais de 60 países.

## **Minaçu, mina da morte**

No norte de Goiás, na divisa com o estado de Tocantins, se situa o pequeno município de Minaçu, que abriga a mina de Cana Brava da Sama do grupo Eternit há mais de 50 anos. Minaçu é conhecida como a capital nacional do amianto por ser o “berço” da produção deste mineral no país. A cidade, cujo nome é composto pelas palavras “mina”, em função da sua principal atividade econômica, e “açú”, derivada do tupi, que significa grande, resultando em “mina grande”, gravita em torno da extração do mineral reconhecidamente cancerígeno e parece acreditar que não há saída fora da morte. Ou seja, que se não fosse a Sama, a empregar os cidadãos de Minaçu, a cidade estaria acabada.

No entanto, as vidas dos moradores de Minaçu já não existem, estão desfeitas ou sob ameaça. Para manter o controle sobre os trabalhadores e a população, a Sama construiu e mantém escola, clube, hospital, casa para os empregados e autoridades da cidade, dentre outros equipamentos e serviços, tomando as vezes de governo ou de boa samaritana, e tirando com isso a autonomia dos moradores, pela tutela e força exercida sobre suas vidas.

## Agea - Associação Goiana dos Expostos ao Amianto

### Na batalha da resistência, a morte continua ganhando

Em outubro de 2007, uma faísca de esperança, ou ponto de resistência, surgiu em meio à devastação que o amianto causou e causa em Goiás. Nesse ano foi criada a Associação Goiana dos Expostos ao Amianto (Agea) em Minaçu, para se contrapor aos perigos provocados pela exposição à fibra.

No entanto, a associação logo foi cooptada pela empresa Sama, ligada ao grupo Eternit, numa inversão de preceitos digna de ser tratada pela lupa de um analista.

A história começa no ano de 1936, quando o desbravador Zacarias Pimentel compôs o grupo que iniciou a exploração da mina de amianto de São Félix, na Bahia. Zacarias morreu alguns anos depois de problemas respiratórios, sufocado pela falta de ar, segundo relatou “aos prantos”, em diversos eventos organizados pela Abrea, seu filho Antonio Pimentel, morador de Minaçu, para onde foram seus pais logo no início da operação da nova mina de Goiás.

Pimentel, o filho de Zacarias, como é conhecido, foi eleito presidente da Agea durante assembleia ocorrida em outubro de 2007, lotada de trabalhadores, ex-empregados, viúvas e vítimas. Foi o primeiro e único presidente da associação. Mas, ao invés de se contrapor à exploração da Sama, como se esperava de alguém que gozava de tanto respeito da população local, Pimentel logo se voltou contra os que o elegeram, cooptado que foi pela empresa - acredita-se que em troca de trabalho para ele e seu filho.

Fernanda Giannasi, ao lembrar da tentativa malsucedida da construção

uma associação contra o amianto em Goiás, lamenta que Pimentel tenha trocado de time, passando a desferir ataques, inclusive públicos, via imprensa, aos trabalhadores e ativistas que lutam contra o amianto.

“Pimentel construiu e matou a Agea. Foi uma pá de cal na possibilidade de criar um foco de resistência em Minaçu”, complementa a fiscal do trabalho, dizendo que em mais de três décadas dedicadas ao combate do amianto, sentiu na pele uma das maiores derrotas que teve nesta trajetória.

## Apea Pernambuco

### Saga familiar que reverberou a luta contra o amianto em Pernambuco

Elineide Maria da Cruz não tem doença associada ao amianto, mas conviveu bem de perto com as agonias de quem suportou as consequências da doença até o falecimento de seu pai, morto por asbestose.

Euclides José da Cruz trabalhou na Brasilit por 29 anos. Quando sua doença se agravou, a filha resolveu parar de trabalhar para levá-lo às sessões de diálise.

A mãe de Elineide também foi forte com relação à doença do marido. Quando ele morreu, foi atrás da responsabilização da empresa em que ele havia trabalhado. Procurou a advogada Maria Geruza Correia Elvas, que tomou a causa de Euclides como sua.

Marina Albuquerque, cujo pai também teve a vida abreviada por doença associada ao amianto, reuniu-se à Elineide e foi assim que formaram a Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto (Apea), localizada no bairro da Várzea, em Recife, Pernambuco, que atualmente conta com 251 membros cadastrados. Marina foi a primeira presidente da associação.

“Nossas motivações eram as experiências com nossos pais e saber que poderíamos ajudar de alguma forma. O fato de termos perdido para o amianto nos motivou a lutar por quem ainda estava vivo e pelas famílias dos que morreram”, declara Elineide, lembrando da união com a colega Marina para a formação de uma associação contra o amianto.

A atual presidente da associação, Elineide Maria da Cruz, lembra com orgulho de que a Apea, graças ao trabalho da saudosa advogada Geruza, falecida em 20 de março de 2019, conseguiu o fato inédito de conquistar um “Incidente de Uniformização de Jurisprudência” (IUI), que possibilitou a anulação das transações extrajudiciais aviltantes realizadas pela Brasilit.

Por transações extrajudiciais entendem-se as negociações que as empresas realizam com as vítimas do amianto ou suas famílias “por fora”, longe dos olhos da justiça. São em geral negociações desfavoráveis aos trabalhadores, em que as empresas muito espertamente fazem com que sejam assinados documentos de renúncia a indenizações mais justas e devidas.

Por causa desses acordos previamente celebrados, nem sempre lidos ou entendidos na totalidade pelos trabalhadores ou familiares, quando recorreram à justiça regional em busca de seus direitos, tiveram seus processos negados. Felizmente, a Apea tem conseguido reverter algumas dessas decisões, recorrendo ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, última instância recursal possível.

A presidente da Apea relata que a associação não conta com grandes recursos financeiros e possui equipe enxuta, que realiza trabalho voluntário, mas isso não a impede de seguir uma rotina de atividades, que inclui visitas aos contaminados em hospitais, acompanhamento dos associados nas perícias e audiências judiciais, inclusive como testemunhas, participação em audiências públicas sobre amianto e outras realizadas pela Apea, como panfletagens nas ruas centrais da cidade para orientar a população.

Durante a semana, Elineide vai à Apea para fazer atendimentos presenciais, entrar em contato com os familiares das vítimas para atualizar informações, agendar atendimento dos associados com os advogados para consultas e, dependendo do caso, para ajuizamento de ações, além de marcar as reuniões mensais da associação. Enfim, como a própria Elineide diz: “Atendo, escuto e conforto. Faço tudo que posso para manter a Apea viva”.

“ Nós somos um ponto de apoio para as pessoas que nos procuram. Damos suporte emocional, tiramos suas dúvidas, tentamos fazer com que se sintam acolhidas. Acho que sem a Apea essas pessoas ficariam um pouco perdidas, sem saber muito bem por onde começar”.

**Elineide Maria da Cruz, presidente da Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto (Apea)**

## Abrea Londrina

### Depois da tristeza familiar, a volta por cima e a solidariedade a outros vitimados

Luiz Rodrigues de Souza teve dificuldade de respirar. Foi até uma unidade do SUS e o pneumologista que o atendeu percebeu, antes de mais nada, as unhas arroxeadas do paciente. Foi o primeiro caso de asbestose confirmado em Londrina, no Paraná.

Ele trabalhava na Infibra, fábrica de artefatos de fibrocimento local. Adoeceu depois de 18 anos de trabalho e o pouco dinheiro que pôde poupar começou a ser gasto em tratamentos de saúde. Dentre os exames que realizou, estava o da espirometria, que é um teste que avalia a função pulmonar e sua capacidade de realizar as trocas gasosas. Os pulmões de Luiz já haviam perdido 50% da capacidade respiratória.

Luiz morreu sete meses após o diagnóstico, deixando esposa e cinco filhos. Dentre eles, Márcia Rodrigues Gamba, que depois do luto foi procurar mais informações sobre a doença que havia lhe tirado o pai.

Chegou ao site da Abrea Osasco e notou que a associação ficava bem perto de sua residência. Ela diz que a Abrea “a abraçou”. Após a tristeza, a batalha. Para amplificar a luta contra o amianto para os que ainda não sabiam de seus perigos, e pela memória de seu pai, Márcia resolveu levar o que tinha aprendido aos trabalhadores de Londrina.

Como no princípio a Abrea Londrina não contava com sede, Márcia deixou em um mercado do Jardim Leonor, perto da antiga fábrica de fibrocimento da Infibra, algumas fichas impressas perguntando se a pessoa já tinha trabalhado com amianto ou conhecia alguém nessa situação.

A resposta foi impressionante. Por conta dos papéis e do boca a

boca, o “rádio peão”, foram obtidas 350 fichas, que incluíam até mesmo informações sobre falecidos, fornecidas por seus familiares.

Em agosto de 2014, houve a primeira reunião da Abrea, com participação de 20 ex-empregados da Infibra. A fundação de fato da associação ocorreu em junho de 2015 e na sequência vieram importantes realizações. Como por exemplo em 2016, quando a Abrea intermediou um acordo para atendimento das vítimas no Hospital das Clínicas de Londrina, sob os cuidados do Dr. Marcos Ribeiro.

Em agosto de 2017, a Abrea e o Ministério Público do Trabalho doaram para o hospital um espirômetro e um kit de radiografia para realização de diagnósticos das Doenças Relacionadas ao Amianto (DRA). No mesmo ano, em novembro, uma assembleia é convocada pela Abrea para ajuizamento uma ação civil pública contra a Infibra.

Assim como ocorreu com outras associações, a Abrea Londrina contou com aliados da área da saúde e do setor jurídico. Márcia destaca as parcerias com o já mencionado médico Marcos Ribeiro, do Hospital das Clínicas de Londrina. Com o Hospital do Câncer, que realizou cerca de 200 exames de raio-x de tórax em pacientes. Com o procurador Marcelo Adriano da Silva, do Ministério Público do Trabalho e com os escritórios de advocacia Dallegrave Neto, de Curitiba, e Mauro Menezes, de São Paulo e Brasília.

“

Nada disso vai trazer meu pai de volta, mas faço esse trabalho na busca por justiça”.

**Márcia Rodrigues Gamba, coordenadora da filial de Londrina da Abrea.**

## Abrea Pedro Leopoldo

### Desafiando o establishment

Lutar contra o amianto na cidade de Pedro Leopoldo, em Minas Gerais, é como remar contra a maré em dia de tempestade, embora se aviste horizonte adiante. A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) local foi constituída no ano de 2015, fazendo frente ao sindicato da categoria profissional, que defende o uso do amianto, ao sistema de saúde que não fornece diagnósticos das doenças relacionadas ao agente cancerígeno e à Precon Industrial, empresa que até recentemente insistia no uso do agente tóxico, mesmo depois do Supremo ter fixado o banimento a nível nacional.

A Abrea de Pedro Leopoldo é vinculada à de Osasco. Quem a representa na cidade mineira é Alexandro Cristino Guimarães, que trabalhou como técnico mecânico na Precon, fabricante de artefatos de fibrocimento.

Ao saber da exposição dos trabalhadores ao amianto na fábrica, Alexandro ficou em alerta. Em 2015, ao conhecer a fiscal do trabalho Fernanda Giannasi, informou-a sobre as péssimas condições de trabalho na empresa. Por sua sugestão, Alexandro acionou o MPT e forneceu ao procurador encarregado depoimentos de e sobre trabalhadores que adoeceram por causa do amianto, dentre outras denúncias.

“Na Precon, os empregados almoçavam e cochilavam sobre os sacos de amianto no depósito de matéria-prima. Usavam máscara de papel, inútil. Nada neutraliza. Na saliva e no escarro dos trabalhadores havia nitidamente amianto”, relembra Alexandro.

Uma das primeiras atividades da Abrea foi imprimir materiais com informações sobre os perigos do amianto e distribuir pela cidade. Como resposta, e para abafar qualquer maldizer e ganhar a simpatia da população, a

Precon passou a realizar a festa junina da cidade e prometeu construir uma biblioteca e uma quadra poliesportiva em um dos bairros.

Como não havia local fixo, as reuniões da Abrea aconteciam em espaços cedidos. Um deles foi a casa paroquial da capela São João Batista. Apenas uma reunião foi realizada lá. Depois, a encarregada dos cuidados da igreja proibiu o próximo encontro e misteriosamente surgiram faixas com mensagens “sobre as benemerências e patrocínios” da Precon nas grades e na quadra da capela.

A justificativa para as placas seria a de que a empresa estava prestando serviços ao bairro, conforme conta a administradora da igreja. A proibição dos trabalhadores se reunirem e a cessão de espaço para a Precon foram denunciados em detalhes na matéria “Tudo por dinheiro: igreja de Pedro Leopoldo afasta trabalhadores e libera espaço para fabricante de telha de amianto colocar propaganda”, escrita pela jornalista Conceição Lemes e publicada no site Viomundo.

A Precon continuou trabalhando com amianto mesmo depois da proibição pelo Supremo, em 2017. Substituiu a fibra apenas no início de 2019. Até então, havia conseguido utilizá-la respaldada pela Lei Estadual 21.114/13, sancionada pelo governador à época, Antonio Anastasia, que autorizava o uso da fibra cancerígena até 2023.

## **Sindicato e sistema de saúde quando não omitem, atrapalham**

Não bastassem os percalços das lutas pelo banimento do amianto em Pedro Leopoldo, por indenização e tratamento dos trabalhadores contaminados, ainda há na cidade um sindicato que faz chacota com a questão e um serviço público de saúde omisso.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção, do Mobiliário e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras de Pedro Leopoldo, Matozinhos, Prudente de Moraes, Capim Branco e Confins, ou simplesmente “Sinticomex”, em tese deveria servir e defender os trabalhadores. Ao invés disso, serve à Precon e ridiculariza o trabalho da Abrea, cha-

mando a fiscal do trabalho, Fernanda Giannasi, e o presidente da Abrea Osasco, Eliezer João de Souza, de “bandeirantes paulistas”.

Por sua vez, o Sistema Único de Saúde (SUS) que atende Pedro Leopoldo contribui com a invisibilidade das doenças do amianto, deixando de informar os diagnósticos dos trabalhadores contaminados pelo mineral. Não expede a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), para fins de benefício acidentário para o INSS, e também não notifica o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

O coordenador da Abrea local, Alexandro, desconfia que o serviço de saúde do município esteja mancomunado de alguma forma com a Precon, pois quando se diagnostica um caso ou se suspeita de contaminação, a empresa logo reage e chama a família da vítima ou a própria, propondo acordo pífio por fora, extrajudicialmente.

### **Colocando o pó debaixo do tapete**

Assim como ocorria na Eternit Osasco, no dia em que havia fiscalização na Precon Industrial, os empregados eram obrigados a desligar as máquinas, parar a produção, limpar para esconder o pó do amianto que nos outros dias ficava disperso em abundância nos locais de trabalho.

Além disso, no dia da medição de poeira, que é uma avaliação ambiental obrigatória pela legislação trabalhista, havia todo um preparo. A velocidade das máquinas era reduzida e os ambientes mascarados. Os trabalhadores jogavam água nos locais, literalmente para “assentar a poeira”. Portanto, as medições resultantes apresentavam-se sempre menores, nas concentrações desejadas pela empresa.

Aqueles empregados que estivessem com a roupa suja, fato corriqueiro, também eram escondidos, assim como o pó.

## Tarefas e propostas da Abrea Pedro Leopoldo

A Abrea Pedro Leopoldo é composta por ex-empregados da Precon e uma das tarefas do grupo, conta seu representante, é ir à casa de pessoas que trabalharam ou trabalham na empresa para informá-las sobre os perigos do amianto, sugerindo a realização de exames para verificar se estão contaminadas ou não.

“A nossa luta em Pedro Leopoldo é ainda muito difícil. O prefeito já soltou matéria falando que ninguém morreu do amianto. (...) Triste é ver mortos por mesotelioma soltando pedaços de pulmão pela boca, sem tratamento digno, num pronto-socorro sem condições; é ver a Precon despejando água contaminada no rio perto de sua nascente...”, relata Alexandre.

Mesmo em um cenário carregado de condições adversas, o representante da Abrea não esmorece e diz que não vai abandonar o barco. Tem esperança de conseguir furar os bloqueios a fim de contribuir para que os contaminados de Pedro Leopoldo possam ter acesso a exames e tratamentos adequados.

## Judicialização

### Banimento nacional do amianto no Brasil, uma conquista a ser mantida

Se as atividades do amianto, como extração, produção, comercialização e utilização, começaram no Brasil mais intensivamente a partir da década de 30, perdurando tantos anos e deixando para trás um rastro de adoecimentos e mortes, quais foram os fatores que possibilitaram o banimento da fibra assassina no país em 29 de novembro de 2017, pela mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal (STF)?

Uma confluência de fatores. Ao longo das décadas, quanto mais esclarecimentos sobre os males derivados da exposição do amianto se faziam conhecidos e eram divulgados, mais as vozes dos expostos ao amianto cresciam, até formarem coro. Começaram então a aparecer as pessoas por trás das vozes, cada vez mais engajadas em associações de combate ao amianto que, a partir dos anos 90, foram surgindo por todo o país.

A essas associações, somaram-se esforços de campos diversos. Ministério Público do Trabalho; sindicatos comprometidos com a segurança e saúde dos trabalhadores em seus locais de trabalho; ativistas sociais; ambientalistas; médicos, sobretudo ligados a doenças pulmonares ocupacionais; acadêmicos e pesquisadores das doenças do trabalho; juristas e advogados.

Dentre os escritórios de advocacia, um dos que representou um papel de vanguarda, e que continua neste ativismo jurídico até hoje, está o de Mauro Menezes & Advogados, cuja participação foi crucial para o suporte jurídico às associações brasileiras na luta pelo banimento e para o enfrentamento da judicialização do amianto, promovida pela indústria do amianto e seus apoiadores.

O escritório, que trabalha expressamente com foco na defesa dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e assistenciais, se aliou à Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) em 2004, quando esta entendeu a necessidade de ter ao seu lado uma banca de advogados com expertise, que atuasse além dos processos trabalhistas triviais, como pagamento de horas extras, dispensas imotivadas, adicionais de insalubridade e periculosidade, entre outros.

Com esta nova perspectiva, a Abrea pôde começar a atuar em causas de interesses sociais e coletivos de forma mais ampla, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), de outros tribunais superiores e mesmo em outras esferas, tais como direito do consumidor e autorregulamentação publicitária, para evitar propagandas enganosas sobre a inocuidade do amianto.

Mauro Menezes, advogado, com grande experiência na área sindical, que fez as sustentações orais em defesa da Abrea e das vítimas do amianto nos julgamentos do STF, conta que nos anos 2000 ainda era incipiente a participação de associações, ONGs e sindicatos nos debates que se desenvolviam na Corte Suprema do país.

Ainda assim, o caminho foi sendo construído - pelos próprios grupos - e hoje nota-se maior permeabilidade do judiciário com relação à participação e presença dos coletivos de trabalhadores e vítimas nessa esfera de poder, através da figura do *Amicus Curiae* (amigos da corte), nova modalidade de intervenção, hoje muito aceita não só no STF, mas em outros tribunais do país, pelas contribuições de interesse e conhecimento que emprestam a questões jurídicas levadas à discussão no Poder Judiciário.

“Podemos dizer que a Abrea ingressou nessa luta em um momento que, além de trazer elementos de conteúdo, de uma contribuição meritória, também buscou se fazer admitir a partir de uma luta pelo reconhecimento de que entidades dessa natureza podem participar sim do processo de discussão da jurisdição constitucional do Supremo”, ressalta Menezes, sobre o início da participação da Abrea nas discussões que ocorriam no STF sobre o amianto.

## Do chão de fábrica ao tribunal do STF. Como se deu a judicialização do amianto no Brasil

Em meados dos anos 90, o lobby que preconizava a defesa da indústria do amianto ainda fazia prevalecer nas discussões a ideia de um “uso seguro” ou “controlado” da fibra maligna. Do outro lado estavam as vítimas do amianto e agentes de saúde e de fiscalização do trabalho, que tinham por objetivo o banimento ou o completo cessar da manipulação do asbesto.

Nesse entrave, tramitava na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.981/93, de autoria do então deputado paulista Eduardo Jorge, cuja redação propunha o banimento do amianto e representava a esperança daqueles que buscavam esse fim.

Durante seu trâmite, no entanto, o texto foi sendo alterado, até que, no final do processo, o PL acabou sendo aprovado como lei ordinária 9.055/95, defendendo o uso controlado do amianto crisotila, o único ainda comercializado no país, ao contrário do proposto em seu texto original. Ou seja, apenas se legalizou a continuidade do uso da fibra nos anos seguintes, conferindo a chamada “segurança jurídica” para uso irrestrito do mineral cancerígeno, reivindicada pelos produtores.

Em menos de dois anos, a Lei 9.055/95, "do uso controlado do amianto", foi regulamentada pelo Decreto 2.350/97. Quando é para salvaguardar os interesses do capital, o parlamento brasileiro consegue ser célere e eficiente; já para os projetos de lei de cunho social, o ritmo é outro.

Como a primeira associação de vítimas do país, a Abrea SP, constituiu-se no mesmo ano da aprovação da Lei 9.055/95, do “uso controlado”, no momento os contrapoderes ainda não estavam devidamente organizados e mobilizados para enfrentar o poderoso lobby conhecido como “bancada da crisotila”.

A partir de 2005, a história se refaz e surpreendentemente a Abrea, então já munida de seu corpo jurídico, começa a participar de forma contundente e decisiva nos debates do STF, envolvendo o uso da fibra mineral cancerígena.

Diante da frustração da proibição em nível nacional em 1995 e sua rápida regulamentação pela Casa Civil, nos anos seguintes começaram a surgir proposições que buscavam banir o amianto nos estados (Mato Grosso

do Sul, Lei 2.210/01 - revogada pelo STF; São Paulo, Lei 10.813/01 - revogada pelo STF; Rio de Janeiro, Lei 3.579/01 - confirmada pelo STF; Rio Grande do Sul, Lei 11.643/01 - confirmada pelo STF; Pernambuco, Lei 12.589/2004 - confirmada pelo STF; São Paulo, Lei 12.684/07 (reapresentada) - confirmada pelo STF) e nos municípios (São Paulo, Lei 13.113/01; Osasco, Lei Complementar 90/00; Mogi Mirim, Lei 3.316/00; Bauru, Lei 4.667/01; São Caetano do Sul, Lei 3.898/00; Campinas Lei 10.874/01, entre outras, todas em vigor). As leis aprovadas se contrapuseram ao status quo de “imbatível” obtido pela indústria nas instâncias superiores dos poderes constituídos.

Como contra-ataque, imediatamente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) reage e ingressa no STF com medidas de favorecimento à indústria, ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) contra as leis estaduais e de reforço à tese do “uso controlado e seguro” do amianto; fato que o advogado Mauro Menezes entende como um “paradoxo”, já que era esperado que esta entidade de classe estivesse em defesa dos seus representados, os trabalhadores, e não defendendo “o lado de lá”.

Mas a primeira reversão no judiciário a favor do banimento estava por vir. Foi quando a constitucionalidade da lei de banimento do estado de Pernambuco estava sendo julgada, em 2005, e o ministro Joaquim Barbosa pediu vista regimental depois da sustentação oral dos advogados da Abrea.

“Aquele pedido de vista colocou em xeque, trouxe a dúvida, trouxe nova tendência a uma temática considerada pacificada, uma matéria definida por lei federal permitindo o amianto crisotila. Esse é um marco. A indústria do amianto entendia que o julgamento seria muito tranquilo e totalmente a seu favor”, explica o advogado Mauro Menezes. A divergência começava a se materializar entre os ministros da Suprema Corte constitucional.

Em 2007, mais uma vez a indústria do amianto contra-ataca, usando, como fachada, a Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto (CNTA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Em conluio com o Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC), a entidade lobista de proteção do amianto, propõe nova Ação Direta de In-

constitucionalidade (Adi) no Supremo, agora contestando a lei paulista de banimento, a 12.684/07, de autoria do deputado Marcos Martins, que proíbe o uso do amianto no estado de São Paulo.

A principal alegação era de que havia invasão de competência do Estado sobre matéria afeita apenas ao governo federal, que editara a lei do uso controlado do amianto (Lei 9.055/95). Na sequência, em dezembro de 2008, como reforço a esta tese, o ministro Marco Aurélio Mello concede uma liminar considerando a lei paulista inconstitucional, de maneira monocrática, isto é, sem consulta a seus pares, os demais juízes do colegiado, durante o recesso de fim de ano da Corte.

Então, segue a saga da defesa do banimento no Supremo. Em junho de 2008, após sustentação oral de Mauro Menezes, defendendo a constitucionalidade da lei de São Paulo, o ministro Joaquim Barbosa, que havia pedido vista no julgamento da lei de Pernambuco, em 2005, desta vez se posiciona de maneira incisiva, apresentando voto divergente, que acaba prevalecendo e fazendo 2 ministros readequarem seus votos. Por 7 votos a 3, então, é revogada a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, que suspendia a lei do banimento do amianto em São Paulo.

“Barbosa fez coro com nossos argumentos. Disse que é inadequado concluir que a lei federal exclui aplicação de lei estadual mais protetiva, e diz que, em matéria de defesa da saúde, os estados também têm competência para legislar e não seria razoável que a União exercesse uma opção permissiva de algo lesivo à saúde, retirando a liberdade que os estados membros têm de atender os interesses da comunidade”, relembra Mauro Menezes. A competência dos Estados legislarem concorrentemente à União foi uma conquista da Constituição cidadã de 1988.

Os conteúdos e princípios que sustentaram a defesa da Abrea, ressalta ainda o advogado, estão dispostos na própria Constituição: artigo 196, que coloca o direito à saúde como direito essencial, direito de todos e dever do Estado; artigo 225, que declara que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; dentre outros.

Vitórias como as descritas acima foram comemoradas, mas o caminho sempre foi árduo e é preciso conservar olhar atento. O advogado Mauro Menezes lembra dos percalços que marcaram a trajetória da judicialização do amianto. Dentre eles, cita os “expedientes não convencionais” utilizados pela indústria do amianto e apoiadores. Ou, em outras palavras, ameaças e intimidações.

O escritório jurídico, recorda ele, chegou a receber ofícios de entidades como o Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC), alertando-os para “implicações legais que poderiam sofrer pelas alegações” que os defensores do banimento do amianto faziam, contrariando as teses que eles chamavam de “ciência neutra”.

Outro dos entraves foi a demora do poder judiciário, que obrigou os advogados a fazerem inúmeros apelos por conta dos julgamentos que foram sucessivamente adiados por pedido de vista regimental, falta de quórum ou demora para entrar em pauta.

Mesmo com as vitórias que se sucederam, ainda foi preciso esperar mais de 10 anos para finalizar a luta pelo banimento do amianto no Brasil de forma mais concreta. Somente em 29 de novembro de 2017, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por 7 votos a 2, declararam ser inconstitucional o artigo 2º da Lei federal 9.055/95, proibindo o uso, a produção e comercialização do amianto no país.

“

As nossas sustentações sempre foram baseadas na radicalização desses que são direitos fundamentais, em oposição à noção de que a atividade econômica possa ser preservada ainda que venha a ameaçar a integridade das pessoas, o direito à vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado.”

**Mauro Menezes, advogado que levou a causa do banimento do amianto ao STF**

Foi a primeira vez no mundo que a proibição da fibra em um país ocorreu por decisão judicial de uma Suprema Corte. O advogado de defesa da Abrea explica que normalmente essa decisão se dá no plano legislativo ou mesmo comercial, quando a própria indústria não tem mais interesse naquele determinado produto ou quando se esgotam os recursos minerais.

## **Para acabar de vez com o amianto no Brasil**

Com a palavra, Mauro Menezes, advogado de defesa das Associações Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) de São Paulo, Rio de Janeiro, Pedro Leopoldo/Minas Gerais, Londrina/Paraná, Associação Baiana dos Expostos ao Amianto (Abea) e Associação das Vítimas Contaminadas pelo Amianto e Familiares Expostos (Avicafe) de Bom Jesus da Serra/Bahia.

Mesmo com a decisão do Supremo, de banir o amianto em todo o território nacional, o lobby continua fazendo pressão e busca reversão da decisão até hoje. O que pode ser feito para que isso seja contido? Quais são as próximas ações para enfrentar o lobby e garantir a conquista?

Mauro Menezes: É próprio das causas sociais que haja necessidade de defesa permanente da sua integridade, da sua conservação e manutenção. Essa articulação envolve etapas de luta sucessivas e complexas que comportam sempre idas e vindas; quase sempre há obstáculos na sua implementação.

Numa sociedade tão desigual, em que o poder econômico tem força desmesurada, mesmo que trate de causa jurídica declarada como válida, a implementação das conquistas sociais é sempre muito tortuosa; então, a indústria do amianto continua apresentando desafios para impedir, para esvaziar sua responsabilidade e seguir tanto quanto possível em esgotar seus esforços de produção e, com isso, arriscar e ameaçar a saúde das pessoas.

Mesmo após nossa histórica vitória no final de 2017, a indústria do amianto logrou obter em dezembro do mesmo ano a suspensão parcial da aplicação daquela decisão, argumentando que havia carregamentos a serem embarcados, encomendas feitas, a necessidade de desmobilização na mineração, o desemprego dos mineradores...

E isso fez com que nós ainda aguardássemos mais um ano e dois meses, 1º de fevereiro de 2019, para a publicação do Acórdão, isto é decisão do banimento de novembro de 2017. A indústria, enquanto isto, continuou produzindo.

Vê-se que há uma tolerância exagerada com essa sempre reiterada e renovada disposição da indústria de continuar produzindo a sua atividade venenosa e ameaçadora.

### **Quais são os desafios futuros para os agentes que participaram do combate ao amianto?**

Mauro Menezes: há várias etapas nesta luta. Os desafios consistem em primeiro lugar em articular melhor a identificação das vítimas.

Há ainda um universo desconhecido em função da subnotificação dos adoecimentos. Então, nós precisamos ampliar e mensurar o conhecimento dessa catástrofe sanitária causada pelo amianto. Precisamos catalogar, cadastrar, mobilizar, buscar indenizações e assistência médica para as pessoas que foram expostas. Pois, como a latência das doenças é muito longa, nós ainda temos um caminho que seguirá por décadas à frente. É preciso que haja organização para que se busque a reparação pecuniária e a assistência integral à saúde dessas pessoas acometidas.

É preciso considerar o devido encerramento das atividades. É preciso lidar com o tema dos resíduos. E de toda essa quantidade de produtos com amianto utilizada em território nacional, sem o menor controle e que pode gerar novos adoecimentos, até mesmo de maneira fortuita, pela inalação de material particulado contendo fibras de amianto, oriundas de reformas ou demolições.

Então a sociedade brasileira precisa tomar consciência do problema sanitário que é a disseminação do amianto em nosso território, ainda que agora interrompida.

## Do protesto ao progresso: Abrea e Ibas

### Cronologia da Construção Social Internacional da Luta Antiamianto

**Laurie Kazan-Allen**

#### **Coordenadora do International Ban Asbestos Secretariat (Ibas)**

O vigésimo aniversário da notável parceria entre a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) e o Secretariado Internacional do Banimento do Amianto (Ibas) ocorreu em 2019. Por isso, é um grande privilégio para o Ibas contribuir com um capítulo para o livro “Eternidade - A Construção Social do Banimento do Amianto no Brasil” por considerar o significado dessa colaboração na luta empreendida no Brasil para se libertar da tirania de décadas da indústria do amianto. As iniciativas conjuntas do Ibas-Abrea, tais como conferências e as oportunidades de compartilhamento, que serão discutidas neste capítulo, destacam os esforços para retratar a realidade cotidiana daqueles cujas vidas têm sido roubadas por corporações impiedosas empenhadas em lucrar até o último centavo. Em muitos dos eventos destacados abaixo, a Abrea e o Ibas colaboraram com os representantes da sociedade civil, organizações não governamentais, sindicatos e associações médicas.

**1998:** Em meados da década de 90, encontrei pela primeira vez a doutora Annie Thébaud-Mony, membro fundadora da Associação Francesa em Defesa das Vítimas do Amianto (Andeva), em uma conferência no Reino Unido. Durante nossas discussões iniciais, ela comentou o trabalho sobre o amianto que uma engenheira e auditora-fiscal do trabalho brasileira fazia sobre o amianto, atuando em fábricas, e que foi fundamental na organização de um seminário internacional em São Paulo, intitulado: “Amianto: Uso Controlado ou Banimento?” em 1994; esta engenheira era Fernanda Giannasi.

Algum tempo depois, colegas britânicos sugeriram convidar um palestrante para abordar a questão do amianto nos países em desenvolvimento, em um seminário que seria realizado no Parlamento Britânico em fevereiro de 1998. Eu sugeri imediatamente que Giannasi fosse convidada. Na véspera de sua estreia no Parlamento, Giannasi estava programada para participar de uma reunião de ativistas no centro de Londres. Como ainda não havíamos nos conhecido, avisei-lhe que levaria um buquê de narcisos e, assim, essa alegre flor amarela tornou-se o símbolo de nossa amizade e laços internacionais. Em 2004, quando Giannasi teve de comparecer frente a um tribunal criminal, acusada de difamar um ex-ministro do trabalho, que teria favorecido a indústria do amianto, enviei 30 broches de narcisos para os membros da Abrea usarem durante as audiências, mostrando solidariedade com a auditora-fiscal.

**1999:** Em novembro de 1999, Fernanda deveria receber um prêmio de prestígio da Associação Americana de Saúde Pública (Apha) em sua reunião anual em Chicago, Estados Unidos. Os doutores Annie Thébaud-Mony e Barry Castleman - um eminente especialista em amianto dos Estados Unidos - e eu participamos da cerimônia. Após a apresentação do prêmio, nós quatro discutimos estratégias para coordenar o fluxo de informações relativas aos desenvolvimentos do debate sobre o amianto, que estavam sendo disponibilizados via internet, e aproveitar o potencial destes novos meios de comunicação - e-mail e redes - para progredir na luta contra o amianto mundialmente. Decidiu-se que era necessário um organismo internacional para realizar este trabalho e eu estava em melhor posição para ser a sua coordenadora: assim nasceu o Secretariado Internacional para o Banimento do Amianto (Ibas).

Giannasi teve outra ideia naquele dia em Chicago; ela perguntou: "Por que não realizamos uma reunião internacional para as vítimas do amianto em Osasco?" Minha resposta foi: "O que é Osasco?". Disseram-me: "Osasco foi o coração da indústria brasileira do amianto". Ao anunciar os planos para este evento, Giannasi disse:

"O coletivo de vítimas do amianto e seus defensores, cientistas, especialistas em saúde e segurança, pesquisadores médicos e acadêmicos de todo o

mundo demonstrarão ao nosso governo e às indústrias nacional e internacional do amianto a solidariedade do movimento antiamianto. Nosso acesso às melhores fontes imparciais de consultoria nos permite afirmar ser uma completa falácia a teoria defendida pela indústria do “uso controlado”.<sup>1</sup>

Deixe-me dizer que na época em que ela anunciou esses objetivos grandiosos, não tínhamos ideia de como faríamos esse colossal e marcante projeto em menos de nove meses!

**2000:** Organizar os planos do Congresso Global do Amianto: Passado, Presente e Futuro 2000 (GAC 2000) - a primeira reunião global dos grupos de vítimas do amianto e organizações de apoio - exigiu um envolvimento intenso entre parceiros brasileiros e internacionais. A mobilização de recursos, a contribuição de inúmeros doadores e o amplo apoio gerado garantiram que a série de grandes eventos (incluindo um concerto pop, conferências, workshops e exposição de arte), que fizeram parte do GAC 2000, em setembro daquele ano, marcaram um ponto de inflexão no discurso global do amianto<sup>2</sup>. Com a informação transmitida e com base nas relações estabelecidas durante aqueles quatro dias em Osasco, uma rede para a proibição global do amianto, com vistas ao século 21, foi criada.<sup>3</sup> Ao comemorar o 15º aniversário do GAC 2000, a médica especialista sul-africana, doutora Sophia Kisting, cuja apresentação no GAC 2000 foi intitulada: **Terra contaminada com amianto na África do Sul: o desafio e as possibilidades**, escreveu:

“Para os sul-africanos, cerca de seis anos após a mudança nas divisões cruéis do apartheid, o evento foi um despertar para a possibilidade de uma democracia constitucional que ajudasse a corrigir as desigualdades e divisões incapacitantes do passado. As pessoas afetadas pelo amianto de diferentes pa-

---

1 Kazan-Allen, L. Brazil: Support Grows for Chrysotile Ban (Brasil: Apoio cresce para proibição da crisotila. Edição nº. 37. British Asbestos Newsletter. Inverno, 1999-2000. <http://www.britishtasbestosnewsletter.org/ban37.htm>

2 Kazan-Allen, L. Osasco Conference Report (Relatório da Conferência de Osasco). 10 de novembro de 2000. [http://ibasecretariat.org/osasco\\_report.php](http://ibasecretariat.org/osasco_report.php)

3 GAC Program (Programa do GAC – Congresso Global do Amianto). [http://ibasecretariat.org/osasco\\_program.php](http://ibasecretariat.org/osasco_program.php)

ises poderiam compartilhar suas histórias de vida e esperança por um mundo melhor para seus filhos... Um dos momentos mais pungentes do Congresso de Osasco, foi o dos trabalhadores brasileiros e sul-africanos compartilhando suas experiências e a dor de ter perdido entes queridos e colegas de trabalho para doenças que muitos deles já sabiam carregar nos pulmões”<sup>4</sup>.

**2001:** Na Primavera de 2001, soube-se que o diretor do Instituto Canadense do Amianto, Denis Hamel, tinha denunciado Giannasi em uma carta a Francisco Dornelles, o Ministro do Trabalho do Brasil à época. Na carta de Hamel de 23 de abril de 2001, ele reclamou que a indústria internacional da crisotila, o amianto branco, na verdade cinza, estava sendo assediada por grupos antiamianto comercialmente motivados, e apontou Fernanda nominalmente na mencionada correspondência:

"Chegou à nossa atenção que um dos seus inspetores, Fernanda Giannasi... está usando sua posição em seu ministério para promover seu ponto de vista, que é contrário à política do governo de seu país. Apresentando-se como Inspectora de seu Ministério, ela escreveu recentemente ao embaixador da Índia em Brasília, Sir Shri M.P.M. Menon, pedindo seu apoio para promover o seu ponto de vista e o movimento de proibição do amianto na Índia"<sup>5</sup>. Felizmente, a existência desta carta vazou e uma enorme manifestação internacional de apoio à Giannasi resultou em uma moção apresentada por deputados do Parlamento Britânico, denominada de Early Day Motion (EDM), que foi assinada por cinquenta e sete de seus membros, declarando que:

“Esta Câmara está muito preocupada em saber que o Instituto do Amianto do Canadá, a organização que promove a indústria do amianto canadense, que exporta 99,5% de sua produção, escreveu ao Ministério do Trabalho brasileiro alegando que os ativistas antiamianto são motivados por interesse comercial em sua substituição e, especificamente, denun-

---

4 Kisting, S. The Beauty, the Wonder and the Solidarity of Osasco – 15 years on! (A Beleza, a Maravilha e a Solidariedade de Osasco - 15 anos depois!). 21 de setembro de 2015. <http://ibasecretariat.org/sk-beauty-wonder-and-solidarity-of-osasco-15-years-on.php>

5 Kazan-Allen, L. The Asbestos Institute Attacks Brazilian Campaigner (O Instituto do Amianto Ataca Ativista Brasileira), 27/9/2001. [http://ibasecretariat.org/lka\\_ai\\_attack\\_fg.php](http://ibasecretariat.org/lka_ai_attack_fg.php)

ciando o trabalho de Fernando (sic) Giannasi, uma inspetora do trabalho brasileira, que deu evidência mundial para sindicatos e comunidades em campanha por uma proibição do amianto”<sup>6</sup>.

Esta não foi a última vez que o Ibas se envolveria em esforços para mobilizar apoio a ativistas e grupos em favor do banimento do amianto, mas, nunca é demais dizer, que a pessoa mais ameaçada nos últimos vinte anos por bandidos e advogados da indústria do amianto foi, sem dúvida, Fernanda Giannasi da Abrea.

Com base no sucesso do GAC 2000, em junho, ocorreram vários eventos europeus sobre o amianto. Entre eles, “Amianto: Ainda é um assassino”, uma sessão na conferência bienal do Sindicato Geral Municipal dos Caldeireiros (General, Municipal and Boilemaker’s Union); um seminário na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, intitulado: “Amianto e Saúde Pública - A Dimensão Internacional” e um “Seminário Europeu do Amianto” de dois dias na sede da União Europeia em Bruxelas<sup>7</sup>. Trazendo uma voz nova para as discussões em Bruxelas, Fernanda Giannasi da Abrea falou sobre a marginalização das vítimas do amianto nos países em desenvolvimento, os múltiplos fracassos dos governos para reduzir as exposições prejudiciais ao amianto e o papel crucial dos movimentos sociais na criação de comunidades cibernéticas para lutar contra a hegemonia da indústria do amianto.

De 1 a 3 de outubro, a Abrea e o Ibas fizeram uma parceria com o Ministério da Saúde da Argentina, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e outros para realizar o *Encontro Latino-Americano do Amianto em Buenos Aires*, que contou com a presença de quase todos os países da região<sup>8</sup>.

---

6 Asbestos Institute against Fernanda Giannasi (Instituto do Amianto contra Fernanda Giannasi). Early Day Motion 33. 26/6/2001. [http://ibasecretariat.org/edm\\_33.php](http://ibasecretariat.org/edm_33.php)

7 Deve-se notar que o Ibas foi um patrocinador, organizador e/ou participante das reuniões citadas neste texto. Kazan-Allen, L. Overview of the European Asbestos Seminar and Related Meetings (Visão Geral do Seminário Europeu sobre Amianto e Reuniões Relacionadas). 10/10/2001. [http://ibasecretariat.org/eas\\_lka\\_uk.php](http://ibasecretariat.org/eas_lka_uk.php)

8 Kazan-Allen, L. Latin American Asbestos Meeting (Encontro Latino-Americano do Amianto). 28/11/2001. [http://ibasecretariat.org/lka\\_lat\\_amer\\_report.php](http://ibasecretariat.org/lka_lat_amer_report.php)

Na conclusão do evento, foi aprovada a Carta de Buenos Aires que:

- “identificou o amianto como um obstáculo para melhorar a saúde atual e futura da população da região”
- “concordou que o amianto é um problema de saúde pública e que o seu uso por nosso povo deve ser considerado como um indicador de desigualdade”;
- “emitiu um alerta sobre a prática do duplo padrão, a compensação desigual para as vítimas, a transferência de produtos e tecnologias perigosas, a falta de informação necessária para dar às pessoas o direito de saber e a vulnerabilidade de muitos países e setores sociais que os colocam em desvantagem para lidar e resolver conflitos trabalhistas e de saúde”<sup>9</sup>.

**2002:** Em maio de 2002, em uma série de reuniões sobre amianto na Inglaterra, incluindo um seminário na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, uma mesa redonda na sede da maior central sindical do Reino Unido, uma audiência parlamentar em Westminster e uma recepção na Embaixada da África do Sul, a representante da Abrea, Fernanda Giannasi, deplorou a existência de “duplos padrões” que proibiam o uso do amianto em apenas alguns países e exigiu uma ação global para combater a exploração, pela indústria do amianto, das populações nos países em desenvolvimento pela indústria do amianto<sup>10</sup>.

Em 20 de junho, um auditório com capacidade para mais de 500 pessoas assistiu à primeira conferência sobre o amianto na cidade de Salvador, cidade da região nordeste do país. Essa reunião foi organizada pela promotora de justiça local, que havia pessoalmente enviado convites a ex-empregados do amianto, muitos dos quais haviam trabalhado na fábrica de cimento-amianto da Eternit em Simões Filho, um subúrbio industrial de Salvador. Embora houvesse 200 pessoas empregadas naquela planta industrial em 2002, estima-se que, desde a década de 60, 2.000 emprega-

---

9 Charter of Buenos Aires (Carta de Buenos Aires). 1/10/2001. [http://ibasecretariat.org/lka\\_lat\\_amer\\_report.php#app4](http://ibasecretariat.org/lka_lat_amer_report.php#app4)

10 Kazan-Allen, L. London Asbestos Meetings (Reuniões do Amianto em Londres). 3/5/ 2001. [http://ibasecretariat.org/lka\\_london\\_meetings\\_rep\\_0402.php](http://ibasecretariat.org/lka_london_meetings_rep_0402.php)

dos podem ter sido expostos ocupacionalmente ao amianto naquele local. Outra lembrança do passado do amianto na Bahia foi a mina abandonada em Bom Jesus da Serra, distando mais de 500 quilômetros de Salvador. O amianto crisotila foi extraído de 1939 a 1967. Nenhum esforço foi feito para descontaminar o local e as pessoas que ainda moravam nas proximidades da fazenda foram expostas ao amianto diariamente. Embora com atraso, a conferência de 20 de junho de 2002 foi um reconhecimento oficial do problema do amianto na Bahia<sup>11</sup>.

O Ibas teve o privilégio de participar desse evento na Bahia e, na sequência, fui convidada para comparecer a um programa popular de TV de grande audiência, no dia 20 de junho, com Fernanda Giannasi e Annie Thébaut-Mony, para discutir as questões do amianto na Bahia e no mundo. Esta transmissão foi ao vivo e ocorreu no dia anterior ao jogo da Inglaterra que disputava com o Brasil a Copa do Mundo de Futebol do Japão. Basta dizer que no dia 21 de junho, o placar foi Brasil: 2; Inglaterra: 1!

**2004:** De 19 a 21 de novembro, mais de 800 delegados de 40 países participaram da campanha de proibição do amianto para a Ásia na primeira conferência internacional do amianto para a região: o Congresso Mundial do Amianto 2004 (GAC 2004).<sup>12</sup> A inspiração para esse evento foi o GAC 2000 e foi apropriado que Fernanda Gianansi fosse a representante da Abrea, em Tóquio. Em sua apresentação detalhou a luta da Abrea e de seus membros para proibir o amianto e garantir justiça para as vítimas. "Não há, disse Giannasi aos delegados, nenhum uso controlado do amianto. Isso é uma falácia. O amianto tem de ser banido urgentemente para proteger os seres humanos em todo o mundo"<sup>13</sup>. Reconhecendo a importância global do trabalho realizado por Fernanda em seu país e no exterior, ela foi agraciada no GAC 2004 com o Prêmio Tajiri Muneaki Me-

11 Kazan-Allen, L. Asbestos Developments in Brazil (Desenvolvimentos do Amianto no Brasil). 28/6/2002. [http://ibasecretariat.org/lka\\_asb\\_in\\_brazil.php](http://ibasecretariat.org/lka_asb_in_brazil.php)

12 Kazan-Allen, L. Global Asbestos Congress 2004 (Congresso Mundial do Amianto 2004). 11/2/2005 [http://ibasecretariat.org/lka\\_gac\\_2004\\_online\\_report.php](http://ibasecretariat.org/lka_gac_2004_online_report.php)

13 Giannasi, F. Situation and Activities of Asbestos Victims in a Developing Country: Abrea in Brazil (Situação e Atividades das Vítimas do Amianto em um País em Desenvolvimento: Abrea no Brasil). 2004. [http://park3.wakwak.com/~gac2004/en/abstract/pl\\_3\\_Fernanda\\_Giannasi\\_e.html](http://park3.wakwak.com/~gac2004/en/abstract/pl_3_Fernanda_Giannasi_e.html)

morial<sup>14</sup>. Antes de sua morte por câncer em 1990, Tajiri Muneaki fez uma campanha apaixonada contra a poluição industrial e os riscos ocupacionais no Japão. Ele desempenhou um papel fundamental no lançamento do movimento antiamianto em Yokosuka e na criação do grupo de ativistas da Ban Asbestos Japan (BANJAN).

**2005:** Nos dias 22 e 23 de setembro, o Parlamento Europeu em Bruxelas foi palco de uma conferência sobre amianto intitulada “Conferência Europeia do Amianto: Política, Saúde e Direitos Humanos”. Apresentações de especialistas examinaram os efeitos de décadas de uso do amianto em toda a Europa e destacaram o fracasso das políticas da União Europeia (UE) em proteger o público e o meio ambiente das exposições perigosas ao amianto.

A presença de 150 delegados de mais de 20 países trouxe novas vozes ao debate sobre o amianto na UE; os serviços de intérpretes ingleses, espanhóis, italianos, franceses, holandeses, alemães, portugueses, gregos e tchecos facilitaram a comunicação. A especialista em engenharia de segurança do trabalho da Abrea, Fernanda Giannasi, informou os participantes sobre os riscos impostos pela prorrogação de prazo do uso do amianto na produção de cloro-soda, única exceção permitida pela Diretiva, que banuiu o amianto na UE, e citou exemplos da experiência brasileira neste setor industrial<sup>15</sup>. Sua apresentação continua a repercutir, uma vez que as articulações dos membros da indústria do cloro-soda fizeram com que as autoridades da UE, como as do Brasil e Estados Unidos, mantivessem a permissão para o uso do amianto nesse setor industrial<sup>16</sup>.

**2006:** Uma série de eventos sobre o amianto aconteceu no Brasil no período que antecedeu o Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores Acidentados (28 de abril), incluindo: um encontro de três dias organizado pela Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira (ICM) em

---

14 Fernanda Giannasi Gets 13th Tajiri Award (Fernanda Giannasi Recebe o 13º. Prêmio Tajiri). 13/7/2004. <https://tokyoprogressive.org/fernanda-gianassi-gets-13th-tajiri-award/>

15 Kazan-Allen, L. European Asbestos Conference: Policy, Health and Human Rights (Conferência Europeia do Amianto: Política, Saúde e Direitos Humanos), 2005. [http://ibasecretariat.org/lka\\_eac\\_05\\_rep.php](http://ibasecretariat.org/lka_eac_05_rep.php)

16 Kazan-Allen, L. Asbestos Intransigence (Intransigência do Amianto). 6/8/2018. <http://ibasecretariat.org/lka-asbestos-intransigence.php>

São Caetano do Sul, com delegados representantes dos trabalhadores da construção civil do Brasil, Guatemala, Chile, Peru, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Argentina; uma passeata pelo centro de Osasco organizada pela Abrea; uma reunião sobre o amianto realizada pela Abrea na Câmara Municipal de Osasco;<sup>17</sup> o Simpósio Amianto para Países da América Latina em São Paulo, organizado pela Fundacentro; uma celebração ecumênica da Abrea em Osasco em homenagem às vítimas do amianto e uma manifestação de protesto contra o amianto em São Paulo, em frente ao prédio da Fundacentro, onde ocorria a Oficina sobre Poeira Mineral e Doenças Respiratórias. A presença da Coordenadora do Ibas nesses eventos reforçou os laços entre o Ibas e os membros da Abrea<sup>18</sup>.

**2008:** De 5 a 7 de fevereiro, 80 delegados de 33 países participaram de uma Conferência Sindical Internacional sobre o Amianto,<sup>19</sup> em Viena, na Áustria, organizada pela Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira (ICM), uma federação global de sindicatos que, por décadas, apoiou a proibição do amianto.

Quando chegamos ao hotel, fomos recebidos por cartazes pró-amianto no saguão; surpreendeu-nos que, no mesmo hotel, nos mesmos dias que nós, estavam os representantes da indústria russa do amianto e seus convidados, promovendo uma reunião internacional <sup>20</sup>. Coincidência? Não bastasse isso, os delegados da reunião pró-amianto também estavam hospedados no mesmo hotel. Pouco depois de digerir essa notícia indesejada, testemunhei um incidente perturbador no hall de entrada quando um indivíduo atarracado e

17 Kazan-Allen, L. Osasco: Birthplace of the 21st Century Ban Asbestos Movement (Osasco: Local do nascimento do Movimento de Proibição do Amianto do Século XXI). Abril, 2006. [http://ibasecretariat.org/lka\\_osasco\\_birthpl\\_21\\_cent\\_ban\\_asb\\_mov\\_apr\\_06.pdf](http://ibasecretariat.org/lka_osasco_birthpl_21_cent_ban_asb_mov_apr_06.pdf)

18 Muhlmann, S.; Kazan-Allen, L. Regional Asbestos Conferences in Latin America (Conferências Regionais do Amianto na América Latina). 10/5/ 2006. [http://ibasecretariat.org/sm\\_lka\\_reg\\_asb\\_conf\\_lat\\_am\\_0406.php](http://ibasecretariat.org/sm_lka_reg_asb_conf_lat_am_0406.php)

Veja também: Kazan-Allen, L. Latin American Asbestos Events (Eventos Latino-Americanos do Amianto em 2006). 4/9/2006. [http://ibasecretariat.org/lka\\_lat\\_am\\_asb\\_events\\_2006.php](http://ibasecretariat.org/lka_lat_am_asb_events_2006.php)

19 Kazan-Allen, L. International Trade Union Conference on Asbestos (Conferência Sindical Internacional do Amianto), 7/2/2008. [http://ibasecretariat.org/lka\\_vienna\\_08\\_report.php](http://ibasecretariat.org/lka_vienna_08_report.php)

20 Uma contra conferência foi organizada pela Aliança Internacional das Organizações Sindicais da “Crisotila”, um grupo lobista pró-amianto fundado em 2006 por representantes da indústria da Rússia e da Comunidade de Estados Independentes (CIS - Commonwealth of Independent States), que é composta por países pertencentes à ex-União Soviética.

rude, que mais tarde descobri ser representante de um “sindicato pelego” brasileiro - ligado à indústria do cimento-amianto -, abordou Giannasi e começou a gritar improperios para ela em português. Não foi necessário sermos poliglota para discernirmos a essência de seus ataques que, mais tarde, eu soube, a acusavam de atos imorais.

Investigações subsequentes revelaram que o lobby do amianto havia obtido informações prévias sobre a conferência da ICM e tomado medidas para neutralizá-las. Eles usaram uma variedade de medidas malsucedidas para atingir esse objetivo, incluindo a intimidação de delegados da ICM, que estavam cientes da presença da indústria no hotel: eles precisavam passar pela sala de reunião da indústria no caminho de seu próprio evento! Outra estratégia do setor era realizar uma coletiva de imprensa no hotel para divulgar propaganda pró-amianto referente ao “uso seguro do amianto crisotila (branco)”<sup>21</sup>. Até onde se pode afirmar, nenhum repórter compareceu à coletiva de imprensa e nenhum artigo foi publicado sobre o evento.

A conferência da ICM, por outro lado, proporcionou uma oportunidade valiosa para os delegados considerarem iniciativas conjuntas em uma atmosfera que deixou muito claro que a manutenção do status quo não era uma opção.

Giannasi disse aos delegados que o uso do amianto é um crime social perfeito, uma vez que assegura lucros para as corporações e terceiriza a dor para os trabalhadores, consumidores e público. Informação atualizada sobre o trabalho da Abrea incluiu notícias referentes à formação de um novo grupo de apoio às vítimas do amianto da mineração: a Associação Goiana dos Expostos ao Amianto (Agea), em Minaçu, a cidade que abrigou a única mina operacional de amianto crisotila no Brasil até recentemente.<sup>22</sup> Infelizmente a direção da Agea foi cooptada pela mineradora

---

21 O material contido nas pastas para a imprensa incluía em língua inglesa: folhetos produzidos pela CNTA (Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto do Brasil) e pelos Institutos Canadense e Brasileiro do Crisotila; boletins e comunicados de imprensa da Aliança Internacional de Organizações Sindicais da “Crisotila (Rússia)”; artigos pró-crisotila, “artigos científicos” e cópias de cartas como uma endereçada para a Sr<sup>a</sup>. Anita Normark, Secretária Geral da ICM, datada de 29 de junho 2007.

22 Nota da Tradutora: A mina de Cana Brava da SAMA, subsidiária da Eternit, está paralisada desde 11/2/2019, aguardando decisão do STF sobre pedido do sindicato de trabalhadores da mineração e do instituto lobista do amianto (IBC) de dilatação de prazo, de no mínimo 10 anos, para continuar a

Sama com promessa de emprego para seus líderes e familiares e mudou de lado, passando, então, a defender o amianto.

De 8 a 11 junho, uma série de eventos no Brasil<sup>23</sup> apresentou progressos na conscientização sobre os riscos do amianto e no aumento da estrutura e capacitação médica para o diagnóstico das Doenças Relacionadas ao Amianto (DRA). Entre eles, podemos citar:

1º a *Conferência Internacional sobre o Mesotelioma*, que atraiu a participação de todos os estratos da vida pública e profissional brasileira<sup>24</sup>;

2º campanha de conscientização pública denominada “Amianto Mata” promovida pela Abrea no Parque do Ibirapuera, São Paulo, com apoio da prefeitura municipal, introduzindo a personagem da “bruxa crisotila”;

3º uma viagem a Bom Jesus da Serra para que delegados internacionais observassem o impacto ambiental da mineração de amianto em uma pequena comunidade do sudoeste do estado da Bahia;

4º uma sessão para membros da Abrea e convidados em Osasco.

A intensa agenda de viagem de reconhecimento realizada em junho de 2008 ao Brasil foi exaustiva, mas extremamente produtiva, pois forneceu aprendizagem em primeira mão para o Ibas, para a doutora Annie-Thébaud-Mony (França), para o doutor Barry Castleman (Estados Unidos), para Sugio Furuya (Japão) e para outros sobre os desafios enfrentados pelos grupos de ativistas na luta pela proibição do amianto no Brasil.

**2009:** Em abril, o Ibas, em colaboração com o Asia Monitor Resource Center (Centro Asiático de Monitoramento dos Recursos), a Confederação de Sindicatos de Hong Kong, a Associação dos Direitos das Vítimas de Acidentes Industriais, organizou a Conferência Asiática do Amianto (AAC 2009), em

---

explorar o mineral, somente para fins de exportação, para os países que ainda permitem o seu uso, em especial para os do continente asiático.

23 Castleman, B.; Kazan-Allen, L. History in the Making! (História em construção!), June 25, 2008. [http://ibasecretariat.org/lka\\_history\\_in\\_making.php](http://ibasecretariat.org/lka_history_in_making.php)

24 Kazan-Allen, L. The Rise of the Global Asbestos Victims' Movement. Presented at the Social Panel: International Conference on Mesothelioma in São Paulo (A Ascensão do Movimento Global das Vítimas do Amianto). Apresentado no Paine Social da Conferência Internacional sobre Mesotelioma em São Paulo, Brazil 9/6/2008. [http://ibasecretariat.org/lka\\_rise\\_glob\\_asb\\_vict\\_mov\\_jun08.pdf](http://ibasecretariat.org/lka_rise_glob_asb_vict_mov_jun08.pdf)

Hong Kong com objetivo de: “fortalecer o movimento social pela proibição do amianto na Ásia”. O fornecimento simultâneo de traduções para mandarim, cantonês, coreano, japonês e inglês facilitou a presença de delegações dos principais países asiáticos usuários de amianto. A participação de 200 delegados de 24 países nas sessões de 26 e 27 de abril foi de crucial importância e a criação, na AAC 2009, da Rede Asiática de Banimento do Amianto (A-BAN) foi “um marco para se obter justiça na Ásia para as vítimas e para implementar uma proibição regional do amianto”<sup>25</sup>. Em sua apresentação no AAC 2009, Fernanda Giannasi comparou as crescentes exportações brasileiras de amianto para os países asiáticos com a gradual redução do consumo doméstico. A Tailândia foi o maior importador do amianto brasileiro, seguida pela Índia, Indonésia, Irã, Malásia e Sri Lanka. Estratégias para diminuir a exportação do amianto brasileiro para a Ásia foram discutidas.

Em novembro, o Ibas teve o privilégio de participar de uma série de eventos sobre o amianto no Brasil, incluindo:

- seminário de quatro horas sobre o amianto na Assembleia Legislativa de São Paulo<sup>26</sup>;
- reunião da Abrea em Osasco, cujo tema foi “Stephan Schmidheiny: Santo ou Pecador?”<sup>27</sup>;
- a primeira conferência sobre o amianto na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas.<sup>28</sup>

**2010:** Abrea, Ibas e mais de uma dúzia de outras associações e federações brasileiras, representantes de procuradores e magistrados do trabalho, advogados e trabalhadores, foram determinantes para o sucesso de um seminário internacional, em Brasília, em 30 e 31 de agosto intitulado “O amianto e seus efeitos nocivos – Uma abordagem sócio-jurídica”<sup>29</sup>.

25 Kazan-Allen, L. IBAS Report: Asian Asbestos Conference 2009 (Relatório da Conferência Asiática do Amianto 2009). 2009. [http://ibasecretariat.org/hk\\_report\\_web\\_fin.pdf](http://ibasecretariat.org/hk_report_web_fin.pdf)

26 Kazan-Allen, L. *Brazilian Ban Asbestos Mobilization* (Mobilização Brasileira pelo Banimento do Amianto). 20/11/2009. [http://ibasecretariat.org/lka\\_braz\\_ban\\_asb\\_mobil\\_09.php](http://ibasecretariat.org/lka_braz_ban_asb_mobil_09.php)

27 Kazan-Allen, L. *Stephen Schmidheiny: Saint or Sinner?* (Stephen Schmidheiny: Santo ou Pecador?). Novembro, 2009. [http://ibasecretariat.org/lka\\_s\\_schmidheiny\\_saint\\_sinner\\_nov09.pdf](http://ibasecretariat.org/lka_s_schmidheiny_saint_sinner_nov09.pdf)

28 Kazan-Allen, L. *Sex, Secrets and Asbestos Lies* (Sexo, Segredos e Mentiras sobre o Amianto). Novembro, 2009. [http://ibasecretariat.org/lka\\_sex\\_secret\\_asb\\_lies\\_nov09.pdf](http://ibasecretariat.org/lka_sex_secret_asb_lies_nov09.pdf)

29 Kazan-Allen, L. *Asbestos Meetings in Brazil*. (Reuniões sobre o Amianto no Brasil). 28/9/2010. <http://>

Como resultado das deliberações aprovadas, foi divulgada a “Carta de Brasília”, para que o Congresso brasileiro implementasse uma legislação proibindo a produção industrial, o transporte, a comercialização, a importação, a exportação e o uso do amianto e produtos que o contivessem<sup>30</sup>.

**2011:** Para comemorar o Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores (28 de abril) e o sexto evento anual do Dia em Memória das Vítimas do Amianto (29 de abril), delegados da Abrea, incluindo o presidente Eliezer João de Souza, a cofundadora Fernanda Giannasi, o apoiador de longa data, deputado estadual por São Paulo, Marcos Martins, e Ibas participaram de uma série de eventos em Casale Monferrato, a cidade italiana no centro de um proeminente processo judicial referente ao amianto, no qual foram acusados os executivos da gigante multinacional Eternit de causar desastre ambiental permanente e deixar de cumprir as regras de segurança, resultando na morte de milhares de trabalhadores e de membros da comunidade ambientalmente exposta<sup>31</sup>. Também uma conferência internacional, intitulada: “Un Mondo Senza Amianto” (Um Mundo sem Amianto), foi organizada pela Associação de Familiares e Vítimas do Amianto (AFeVA) - a associação das vítimas de Casale Monferrato, em que os delegados puderam assistir à estreia do premiado documentário: “Dust, The Great Asbestos Trial” (Poeira: O Grande Julgamento sobre o Amianto), participar de grupos de discussão, sessões de estratégia, uma procissão cívica e uma vigília silenciosa no local da antiga fábrica desativada de fibrocimento da Eternit, a maior planta europeia do conglomerado suíço-belga<sup>32</sup>.

**2012:** A colaboração da Abrea, Ibas, AFeVA e outros grupos parceiros foi fundamental na publicação, em fevereiro, do primeiro livro em inglês sobre a catástrofe global causada pelas operações do conglomerado do amianto da

---

[www.ibasecretariat.org/lka\\_asb\\_meetings\\_brazil\\_2010.php](http://www.ibasecretariat.org/lka_asb_meetings_brazil_2010.php)

30 La Lettera di Brasilia. (A Carta de Brasília). 31/8/2010. (Tradução em inglês e italiano). [http://ibasecretariat.org/letter\\_from\\_brazil.pdf](http://ibasecretariat.org/letter_from_brazil.pdf)

31 Kazan-Allen, L. *A Town in Mourning, A Town Reborn* (Uma cidade em luto, uma cidade renascida). 3/5/2011. <http://ibasecretariat.org/lka-italian-town-mourning.php>

32 Kazan-Allen, L. *Asbestos Center Stage on Workers' Memorial Day* (Amianto em Posição de Destaque no Dia em Memória dos Trabalhadores). 27/4/2011. <http://ibasecretariat.org/lka-asbestos-center-stage-workers-memorial-day.php>

Eternit. Considerando o processo do século, o livro que conta essa história – “Eternit e o Grande Julgamento do Amianto”, considerado o processo do século, foi publicado na véspera do veredito do caso contra o bilionário suíço Stephen Schmidheiny e o industrial belga Barão Louis de Cartier de Marchienne. O livro, que incluiu capítulos sobre as fábricas da Eternit na Itália, Brasil, Japão, Holanda, França, Dinamarca e Bélgica, foi posteriormente traduzido para o português, japonês e tailandês.

A Abrea e o Ibas, juntamente com outros grupos da sociedade civil, participaram em junho de atividades para a celebração da conferência Rio/92 + 20, no Tour Tóxico do Amianto, durante a Cúpula dos Povos por Justiça Socioambiental, que incluiu: manifestação de protesto pelo banimento do amianto em frente à fábrica de fibrocimento da Eternit, no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro, e seminário intitulado: O futuro que queremos é livre de amianto, no aterro do Flamengo, organizado pela Fiocruz, Abrea, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes)<sup>33</sup>.

Em outubro, a Abrea, representada pelo presidente Eliezer João de Souza, Fernanda Giannasi e a viúva da vítima do amianto Aldo Vincentin, Gizelia, e o coordenador do Ibas tiveram uma agenda lotada quando participaram de eventos em Paris organizados pela Andeva, o grupo francês guarda-chuva representando dezenas de associações de vítimas locais, entre os quais:

- 11 de Outubro: seminário no Senado Francês (Palácio de Luxemburgo);
- 12 de Outubro: no período da manhã, houve uma mesa redonda na Universidade de Jussieu, promovida pela Andeva, com os representantes de associações de vítimas internacionais para discutirem as dificuldades enfrentadas por estes movimentos sociais e as estratégias comuns contra os constantes ataques proferidos pelos defensores do amianto aos ativistas pelo banimento e sobre os fundos de indenização

---

33 Kazan-Allen, L. *The Future We Want Is Asbestos-Free* (O Futuro que Queremos é Livre de Amianto). 2012. <http://ibasetcretariat.org/lka-the-future-we-want-is-asbestos-free.php>

às vítimas e seus familiares, em especial o Fundo de Indenização Tripartite Francês às Vítimas do Amianto (Fiva);

- 12 de Outubro: à tarde, uma passeata gigantesca, que parou o tráfego da zona central de Paris com centenas de apoiadores da Andeva, vindos de todas as regiões da França, marchou pelas principais ruas da capital francesa, terminando numa manifestação de protesto com discursos na praça do famoso teatro da Ópera.<sup>34</sup>

Em 31 de agosto de 2012, o grupo participou de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília, na continuidade da primeira audição de 24 de agosto de 2012, onde discursaram representantes de várias entidades públicas e privadas, defendendo posições a favor e contrárias ao banimento do amianto, que estava sendo discutido na corte suprema constitucional do país, bem como se os estados da federação brasileira poderiam ou não decidir contra a lei federal do uso controlado do amianto.<sup>35</sup>

**2013:** Em maio, a Abrea e Ibas fizeram parte da delegação da Aliança da Convenção de Roterdã (Roca), guarda-chuva que reuniu diversos grupos da sociedade civil mundial, para participação na 6ª Conferência das Partes da Convenção de Roterdã das Nações Unidas (ONU), como observadores, com o objetivo de monitorar as discussões sobre a inclusão do amianto crisotila em uma lista de substâncias perigosas sujeitas ao controle e plena informação aos envolvidos no comércio internacional de tóxicos. Durante sua apresentação intitulada "A Geopolítica do Amianto" em um evento paralelo ali organizado, Giannasi lamentou a falta de regulamentações para proteger os trabalhadores asiáticos de exposições tóxicas ao amianto importado do Brasil e os riscos impostos aos brasileiros pela importação de produtos acabados contendo

---

34 Kazan-Allen, L. *Storming the Asbestos Barricades* (Atacando as Barricadas do Amianto). 18/10/2012. <http://ibasecretariat.org/lka-storming-the-asbestos-barricades.php>

35 Nota da Tradutora: Transcrição das apresentações nas audiências públicas dos dias 24 e 31/8/2012 no Supremo Tribunal Federal na íntegra estão disponibilizadas em [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/ProcessosAudienciasPublicasAcoesAmianto/anexo/Transcricoes\\_\\_Audiencia\\_sobre\\_Amianto\\_\\_Texto\\_consolidado.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/ProcessosAudienciasPublicasAcoesAmianto/anexo/Transcricoes__Audiencia_sobre_Amianto__Texto_consolidado.pdf)

amianto provenientes da China. Num debate acirrado com um sindicalista brasileiro pró-amianto, ali presente juntamente com a delegação russa, ele afirmou que nenhum caso de doença relacionada ao amianto teria sido identificada entre os trabalhadores da fábrica de cimento-amianto, Imbralit, em Criciúma, Santa Catarina, que ele representava. Giannasi rebateu o alegado, dizendo que a empresa mencionada obteve uma liminar na Justiça, que lhe permitia não revelar ao Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema de saúde pública brasileiro, quaisquer doenças relacionadas ao amianto entre sua força de trabalho<sup>36</sup>. Comunicados para a mídia emitidos pela Roca foram disponibilizados em português e inglês<sup>37</sup>.

**2014:** Em julho, em mais um esforço colaborativo da Abrea, do Ibas, da Rede Asiática do Banimento do Amianto e do Centro Asiático de Monitoramento dos Recursos culminou na divulgação de uma Carta Aberta aos Usuários de Amianto, instando os governos a tomar medidas para pôr fim à epidemia do amianto em todo o mundo<sup>38</sup>. O texto da carta concluiu que:

“Não há desculpas ou defesas para os culpados quando as agências internacionais, encarregadas de proteger a saúde pública e ocupacional, há muito tempo, concluíram que a maneira mais eficaz de reduzir a incidência de doenças relacionadas ao amianto é proibir o seu uso. Neste sentido, a inação sobre a ameaça representada pelo amianto não é mais uma opção. Proibições amplas devem ser aprovadas como uma questão de urgência; atitudes devem ser tomadas para apoiar aqueles que já foram expostos e deverão ser implementadas medidas para eliminar quaisquer tipos de ameaças e retaliações”.

---

36 Kazan-Allen, L. *Rotterdam Convention 2013 – an Activist’s Diary*. (Convenção de Roterdã/2013-O Diário de uma Ativista). 8/5/2013. <http://ibasecretariat.org/lka-rotterdam-convention-an-activists-diary-may-2013.php>

37 “Convenção de Roterdã em crise”, dizem os grupos da sociedade civil. 10/5/2013.

[http://ibasecretariat.org/cop6\\_roca\\_media\\_release\\_portuguese\\_2013.pdf](http://ibasecretariat.org/cop6_roca_media_release_portuguese_2013.pdf) (em português)

“Rotterdam Convention in crisis,” say civil society groups. “Convenção de Roterdã em crise”, dizem os grupos da sociedade civil. 10/5/2013. (em inglês). [http://ibasecretariat.org/cop6\\_roca\\_media\\_release\\_2013.pdf](http://ibasecretariat.org/cop6_roca_media_release_2013.pdf)

38 Open letter to asbestos users (Carta Aberta aos Usuários de Amianto). 30/7/2014.

<http://ibasecretariat.org/open-letter-to-asbestos-users-july-30-2014.pdf>

**2016:** Em setembro, a Abrea juntou-se ao Ibas e aos colegas da Austrália, Ásia e Europa “para lembrar aqueles cujas vidas foram perdidas devido à ganância da indústria do amianto” na inauguração de um grande e belíssimo espaço público, denominado Parque EterNOT”, construído sobre os escombros e rejeitos da antiga e infame fábrica da Eternit em Casale Monferrato. As homenagens em forma de arranjos florais, enviadas pela Abrea, Ibas e outros grupos, foram sinais visíveis da solidariedade global das vítimas em todo o mundo. Explicando a motivação para esses gestos, o presidente da Abrea, Eliezer João de Souza disse:

“O Parque EterNOT tem um significado emblemático não só para as pessoas de Casale Monferrato. É uma homenagem às vítimas e famílias de todo o mundo, que sofreram nas mãos da Eternit e de outras empresas do amianto. Os cidadãos brasileiros também pagaram com a vida para garantir os lucros da Eternit. Apesar de não termos conseguido viajar para a Itália neste dia histórico, queríamos demonstrar os laços inquebráveis entre as vítimas brasileiras e italianas”.

Os laços que ligam os membros da Abrea e AFeVA são de comunhão e sangue, pois muitos operários, que trabalharam na fábrica da Eternit em Osasco, eram imigrantes ou descendentes de italianos.

Em outubro, o Ministério Público do Trabalho do Brasil, em parceria com a equipe do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas da Saúde e Meio Ambiente (DIESAT) e a Abrea a conferência "Amianto: Uma Abordagem Sócio-Legal e a Primeiro Encontro Nacional de Vítimas do Amianto e seus Familiares", em Campinas, no interior do estado de São Paulo. O Ibas ficou orgulhoso de participar em todas essas ocasiões e de proferir palestras em ambos eventos, tanto na conferência internacional, como na reunião das vítimas<sup>39</sup>.

**2017:** No dia 8 de junho, a Abrea e o Ibas participaram de uma conferência intitulada “Lotte e Amianto: Sofferenza, Coinvolgimento, Impegno. Uno Sguardo Transnazionale” (Lutas e Amianto: Sofrimento, Envolvimento, Compromisso. Um Panorama Transnacional) que foi realizado

---

39 Kazan-Allen, L. *Brazilians United in Ban Asbestos Struggle* (Brasileiros Unidos na Luta Antiamianto). 31/10/2016. <http://ibasecretariat.org/ika-brazil-united-in-ban-asbestos-struggle.php>

em Bolonha, Itália. A localização desse evento foi apropriada porque Bolonha, a capital da região da Emilia-Romagna, no norte da Itália, tem uma alta taxa de incidência de mesotelioma maligno, o câncer associado à exposição ao amianto. Todos os anos, dezenas de trabalhadores morrem devido à exposição ocupacional vivenciada na indústria ferroviária, nas instalações de produção de cimento-amianto, numa fábrica local de materiais impermeabilizantes e em centrais elétricas<sup>40</sup>.

Uma apresentação muito oportuna foi feita pela antropóloga da saúde, doutora Agata Mazzeo, que, apenas alguns dias antes da conferência, recebeu o título de doutorado pelo trabalho feito para documentar as epidemias mortais e os movimentos sociais criados por catástrofes, como a promovida pelo amianto na fábrica da Eternit em Osasco, no Brasil. Anteriormente recebeu seu título de mestrado na Holanda, estudando e relatando o movimento social em Casale Monferrato, na Itália.<sup>41</sup> Sua apresentação, no evento de Bolonha, foi intitulada: “Dal corpo che soffre e 'ricorda'; pratiche di lotta, impegno e comunità” (Do corpo que sofre e “lembra”: práticas de luta, compromisso e comunidade”. A pesquisa para esta dissertação deu à doutora Mazzeo a oportunidade de passar dez meses em Osasco, período em que se tornou a personificação física e emocional dos laços entre as vítimas italianas e brasileiras.

**2018:** Em maio, a Abrea e Ibas se juntaram a diversas entidades da sociedade civil da América Latina, Europa e Ásia e publicaram uma Carta Aberta dirigida à indústria do amianto, declarando em inglês, russo e português, que:

“A indústria do amianto, uma indústria de morte e destruição, está morrendo. Como esta tecnologia tóxica será destinada aos livros de história, uma 'política de transição' justa para mineradores do amianto e comunidades afetadas deve ser implementada como uma questão de urgência. Eles

---

40 Kazan-Allen, L. *Mobilization of Italian Asbestos Victims* (Mobilização das Vítimas Italianas do Amianto). 20/6/ 2017. <http://ibasecretariat.org/lka-mobilization-of-italian-asbestos-victims.php>

41 Nota da Tradutora: “*Casale Monferrato is not the City of Asbestos; Casale Monferrato is the City that Fights Against Asbestos!*” (Casale Monferrato Não é a Cidade do Amianto; Casale Monferrato é a Cidade que Luta contra o Amianto!).

também merecem o direito humano de trabalhar e viver em um ambiente saudável; para eles e para nós, o futuro é sem amianto”<sup>42</sup>.

Em junho, Fernanda Giannasi, da Abrea, foi a oradora principal no Seminário Anual do Amianto, no Parlamento Britânico, durante o qual ela explicou como a mobilização popular promovida pelas vítimas do amianto tinha revertido décadas de dominação pela indústria do amianto e o controle do debate nacional sobre o tema e atualizou os delegados sobre os acontecimentos, que se seguiram após a decisão do Supremo Tribunal Federal no final de 2017, que declarou inconstitucional a lei que permitia a utilização do amianto<sup>43</sup>. Ela continuou a trocar informações com os colegas no pub Red Lion com uma caneca de Guinness após o seminário! Durante as discussões em Westminster, Giannasi falou com um colega britânico envolvido na campanha “Não há tempo para perder” do Instituto de Segurança e Saúde Ocupacional (Iosh), um esforço multinacional para mobilizar negócios na redução das exposições ocupacionais a agentes cancerígenos. Novo material produzido para aumentar a conscientização sobre o perigo do amianto, sob a bandeira da campanha, foi de grande interesse para Giannasi, que planeja continuar as discussões sobre esses módulos com o pessoal do Iosh<sup>44</sup>.

## Discussão

Para efetuar mudanças, você precisa fazer parte do processo. Por muitos anos, a Abrea, o Ibas e organizações parceiras lutaram para que o tema amianto fosse priorizado por aqueles responsáveis por tomar decisões, funcionários públicos e políticos. Houve protestos, demonstrações

42 *Carta aberta para a indústria do amianto - o fim está próximo!* 16/5/2018. (Em português)

<http://ibasecretariat.org/open-letter-to-the-asbestos-industry-may-16-2018-portuguese.pdf>

Open Letter to the Asbestos Industry - The End is Nigh! 16, 2018. Carta aberta para a indústria do amianto - o fim está próximo! 16/5/2018. (Em inglês). <http://ibasecretariat.org/open-letter-to-the-asbestos-industry-may-16-2018.pdf>

43 Kazan-Allen, L. *Parliamentary Asbestos Seminar 2018*. (Semário do Amianto no Parlamento Britânico). Edição 107, British Asbestos Newsletter: Verão 2018. <http://www.britishasbestosnewsletter.org/ban107.htm>

Kazan-Allen, L. *Parliamentary Asbestos Seminar 2018*. (Semário do Amianto no Parlamento Britânico). 2/7/2018. <http://ibasecretariat.org/lka-parliamentary-asbestos-seminar-2018.php>

44 *Asbestos Taster Pack* (Pacote para Teste de Amianto). <https://www.notimetolose.org.uk/free-resources/asbestos-pack-taster/>

e dezenas de projetos de conscientização para aumentar a visibilidade da epidemia do amianto no Brasil. Depois de muitos anos, foi oferecido à Abrea um assento na sala onde as estratégias estavam sendo planejadas para documentar a escala da tragédia do amianto, fornecer assistência médica e obter restituição financeira para os afetados. Através dos esforços individuais e colaborativos dos movimentos sociais da coalizão Abrea, a narrativa do amianto entrincheirado foi revolucionada da seguinte forma:

- passando de um item marginalizado sobre doenças que afetavam os homens mais velhos da classe trabalhadora para se tornar um problema de saúde pública;
- terminologias foram alteradas - placas pleurais não eram mais consideradas afecções benignas e sim doenças não malignas;
- a demanda dos cidadãos para não serem expostos ao amianto no trabalho foi reconhecida como um direito humano fundamental e não mais um instrumento de negociação para obter “dinheiro perigoso” ou adicionais para se exporem em ambientes perigosos;
- ações judiciais por exposição ocupacional, doméstica e ambiental ao amianto tornaram-se práticas legais comuns.

Cada apresentação, participação em reunião, distribuição de milhares de folhetos sobre o amianto, revistas em quadrinhos e brindes rotulados com o slogan “Amianto Mata” deram uma contribuição positiva para a luta. Através de reuniões com os ativistas de outros países, informações sobre estratégias de sucesso foram transmitidas e os principais métodos foram compartilhados. Um ponto a se destacar foi documentado em 2002 por Fernanda Giannasi e fornece um excelente exemplo do valor da colaboração global. No resumo da ópera, isso foi o que aconteceu:

- informação passada para o Ibas na Argentina sobre importações pelo Reino Unido de juntas automotivas contendo amianto proibido naqueles países;
- autoridades do Reino Unido fizeram uma blitz em uma fábrica de

Birmingham onde foram encontradas juntas de amianto importadas da Flórida, mas feitas no Brasil e não na Argentina, como denunciado;

Fernanda Giannasi, à época auditora-fiscal do trabalho, inspecionou as instalações da Inter Union Comércio Internacional Ltda., em São Bernardo do Campo, que vendeu essas juntas para empresa na Flórida, Estados Unidos, e descobriu que elas haviam sido produzidas por outra empresa: a Vital Indústria de Auto Peças Ltda., em Taboão da Serra; nenhuma dessas empresas estava operando em conformidade com a legislação brasileira. As condições perigosas na fábrica de juntas Vital resultaram na interdição da empresa e na fiscalização de seus clientes, incluindo a empresa multinacional alemã Filtros Mann de Indaiatuba, em cuja matriz o amianto está proibido desde 1993. Estas ações de fiscalização foram acompanhadas pelos respectivos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Osasco e Campinas<sup>45</sup>.

Como o exemplo acima bem ilustra, outras colaborações entre Abrea e Ibas incluíram a produção de literatura de conscientização sobre os riscos do amianto; tradução de publicações relevantes do inglês para o português e a versão para o inglês de trabalhos acadêmicos e importantes e informativos artigos escritos por premiadas jornalistas brasileiras, como Eliane Brum e Conceição Lemes. O Ibas orgulha-se de apoiar uma infinidade de empreendimentos criativos e efetivos da Abrea, incluindo projetos como o de educação popular nos parques de São Paulo “Amianto mata”, a aquisição de equipamentos de informática para os grupos locais da Abrea e outras doações para facilitar o seu trabalho, incluindo esta memorável obra, que resgata a história da construção social do banimento do amianto no Brasil.

---

45 Giannasi, F. *Challenging the Global Market in Asbestos Products: An Example of International Action* (Desafiando o Mercado Global de Produtos de Amianto: Um Exemplo de Ação Conjunta Internacional). 20/6/2002. [http://www.ibasecretariat.org/fg\\_amb\\_chall\\_glob\\_mkt.php](http://www.ibasecretariat.org/fg_amb_chall_glob_mkt.php)

## Reflexões finais

Quando Abrea e Ibas embarcaram em sua odisseia anti-amianto em 1999, pouco poderíamos imaginar as voltas e reviravoltas que essa jornada nos conduziria. Que o Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2017, declararia a inconstitucionalidade da lei do “uso controlado do amianto” e que as perspectivas das ações judiciais, o tratamento médico e as circunstâncias sociais das vítimas brasileiras do amianto seriam completamente transformadas ao longo dos últimos 20 anos. É o testemunho do incrível impacto que a Abrea tem tido. O Ibas está tremendamente orgulhoso de seus laços com a Abrea e dos avanços que foram feitos em prol dos direitos humanos e da justiça ambiental no Brasil. Ficamos gratos por sermos convidados a contribuir com este capítulo e apoiar a publicação deste livro, que ficará eternamente na memória dos que participaram desta obra coletiva.

## Linha do tempo do amianto no Brasil

Até 1983 - Menos de 20 casos de doenças relacionadas ao amianto eram conhecidos na literatura médica do Brasil.

**1983** - 14 Casos de asbestose em Leme/SP foram descritos pelo doutor José Luiz Riani Costa, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), para sua dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com base em revisão dos benefícios previdenciários concedidos na região.

**1985** - Constituição do Grupo Interinstitucional do Asbesto no Estado de São Paulo (GIA), de composição tripartite, nos moldes preconizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e coordenado pela antiga Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo (do extinto Ministério do Trabalho), com a participação da Fundacentro, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Secretaria de Estado de Relações do Trabalho (antiga Sert/SP). O GIA tinha por objetivo inspecionar as empresas produtoras e usuárias de amianto, realizar pesquisas sobre as condições de saúde dos trabalhadores expostos, propor melhorias nos ambientes de trabalho e avançar os mecanismos legais. Antes mesmo das ações de fiscalização propriamente ditas iniciarem-se em todas as plantas do setor de fibrocimento do estado de São Paulo, consumindo aproximadamente 95% do mineral destinado ao mercado doméstico, realizou-se intensa pesquisa bibliográfica sobre o amianto nacional e internacional e o estado da arte.

**1986** - 72ª Reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 4 de junho, que aprova a Convenção 162 e a Recomendação 172 para "Uso do Amianto em Condições de Segurança".

**1989** - Congresso Nacional aprova a Convenção 162 por meio do Decreto Legislativo nº 51, de 25 de agosto de 1989.

- Assinado o primeiro Acordo Nacional pelo Uso do Amianto em Condições de Segurança entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a ser revisto a cada três anos. O Acordo Nacional de Progresso sobre o Uso Seguro do Amianto foi estendido, posteriormente, também para o setor da mineração.

**1990** - Carta de Ratificação da Convenção 162 depositada na OIT após sua promulgação em 18 de maio de 1990.

**1991** - Convenção 162 da OIT entra em vigor em 23/05/91 (D.O.U) pelo Decreto Executivo n.º 126 e é regulamentada pela Portaria 1 de 28/05/91 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST) do extinto Ministério do Trabalho, que alterou o Anexo 12 da NR-15 do Capítulo V do Título II da CLT.

**1992** - Itália aprova o banimento do amianto, acompanhando decisão já tomada por países escandinavos e alguns europeus. Em “efeito dominó”, outros países seguem a decisão do banimento.

**1993** - Conferência de Milão, “BASTAMIANTO”, aprova o Apelo de Milão.

- São apresentados projetos pelos então deputados Eduardo Jorge (federal) e Roberto Gouveia (estadual) e pelo vereador Ítalo Cardoso, pela substituição gradual do banimento do amianto.

**1994** - Assinado acordo entre Sindipeças, CUT, Força Sindical, Sinfavea, Anfavea, DRT e Fundacentro para o banimento do amianto no setor de autopeças até 31 de dezembro de 1997. (Obs.: o acordo não foi referendado pelo Ministério do Trabalho em Brasília. No entanto, a instituição assinou outro pacto, o Acordo Nacional para o Uso Seguro do Amianto).

- Ocorre o “Seminário Internacional do Amianto: Uso controlado ou banimento?”, organizado pela CUT, Força Sindical, DRT e Fundacentro em São Paulo.

- É criada a rede mundial Ban Asbestos, ampliando o número de países que discutem a proibição do amianto. Princípios que a norteiam estão contidos na Declaração de São Paulo.

**1995** - É aprovada a lei 9.055/95 do “uso seguro ou controlado do amianto”. Esta lei foi aprovada em substituição ao PL 3981/93, proposto originalmente pelo deputado Eduardo Jorge, na qual se previa o banimento gradativo da fibra mineral até o prazo máximo de 5 anos.

- Carlos Minc, deputado pelo Rio de Janeiro, propõe o projeto de lei estadual 421/95, para banimento do amianto. A proposta foi bastante discutida com ONGs e movimentos sociais desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92. Foi aprovado e transformado na lei nº 3579/01.

- Lei 2436 de 20/9/95 - Proíbe no Rio de Janeiro a utilização do amianto em diafragmas, bem como células de mercúrio, no setor de cloro-soda (PL do deputado Carlos Minc).

- Fundada a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) em 9 de dezembro de 1995, em Osasco.

**1996** - Reapresentação de projeto de lei de banimento do amianto pelos deputados Eduardo Jorge e Fernando Gabeira, estipulando prazo de um ano após sua aprovação.

- Na esteira de outros países europeus, França anuncia em julho de 1996 o banimento do amianto, a vigorar a partir de do primeiro dia do ano de 1997

- O vereador Antônio Goulart, de São Paulo, propõe PL de banimento do amianto para obras de construção civil, motivado pelo banimento na França.

- Canadá inicia campanha ofensiva para impedir que outros países banissem o amianto.

- Ameaça de retaliações comerciais e denúncia à Organização Mundial do Comércio (OMC) pelo Canadá juntamente com Brasil, Estados Unidos e como terceiras partes contra a decisão francesa de banir o amianto.

- Início de ações de intimidação e ameaças de processos a ativistas e aos movimentos anti-amianto em todo o mundo.

**1997** - Proposto projeto de lei de banimento do amianto de autoria do então vereador Marcos Martins em Osasco.

- Casa Civil da Presidência, sob pressão das empresas do amianto, regu-

lamentada, a toque de caixa, a lei do uso controlado do amianto (9055/95) no decreto 2.350/97, que cria uma comissão tripartite, que foi denunciada pelo movimento sindical, e dissolvida.

- Criada Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, para debater o PL 2.186/96 de banimento do amianto (autoria dos deputados Eduardo Jorge e Gabeira) em todo o território nacional. Presidente e relator escolhidos são provenientes de Goiás (estado que sedia a única mina de amianto em operação no país).

- Mudança de estratégia dos grupos de vítimas e da Rede Ban Asbestos (agora denominada Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina). Buscam apoio nos diversos municípios e estados da federação para apresentação de projetos de lei, onde encontram maior apoio. Iniciam-se inúmeras audiências públicas com boa participação da população para discussão destes PLs.

**1998** - Tentativa de processo-crime por difamação à Fernanda Giannasi rejeitada por juiz, que alegou "direito à liberdade de expressão", garantido na Declaração Universal de Direitos Humanos.

**1999** - União Europeia acompanha a decisão francesa e anuncia o banimento do amianto até o primeiro dia do ano de 2005, com uma única exceção para os diafragmas usados na indústria do cloro-soda, como elemento separador no processo de eletrólise da salmoura.

• Em 30 de junho, a Saint-Gobain no Brasil (Brasilit) anuncia no jornal O Estado de S. Paulo que vai substituir o amianto em breve em suas fábricas (artigo de capa intitulado "Grupo francês afasta-se da produção de amianto"). Essa decisão só foi copiada pela concorrente e antiga parceira, Eternit, no início de 2019.

**2000** - Inicia-se o esperado e irreversível “efeito cascata ou dominó” com a aprovação das leis de banimento do amianto em diversos municípios, como Mogi Mirim, São Caetano do Sul, Osasco, etc.

- Em 13 de junho de 2000, ocorre decisão histórica da OMC a favor da posição francesa do banimento do amianto, que foi reafirmada em 17 de setembro e 12 de março de 2001. O comitê arbitral da OMC considerou

não ser factível o uso controlado ou seguro do amianto, em substituição ao banimento do amianto, nem nas sociedades industrializadas e desenvolvidas, muito menos nas subdesenvolvidas.

- Congresso Mundial do Amianto em Osasco (GAC 2000). Um marco para o movimento mundial do banimento do amianto e empoderamento dos grupos locais de vítimas.

- Retrocesso promovido pelo Legislativo Federal. Aprova-se a lei 9.976/00 de autoria do então deputado Jair Meneghelli, que dispõe sobre a continuidade da produção do cloro-soda com diafragmas de amianto nas fábricas em funcionamento. Somente os novos empreendimentos ou que sofreram grandes alterações estarão obrigados a substituir os diafragmas. Um verdadeiro desserviço à nação.

**2001** - Aprovadas outras leis de proibição do uso do amianto nos municípios de São Paulo, Bauru, Barretos, Jundiá, Amparo, Taboão da Serra, Guarulhos, Campinas, Jaú, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo; Pouso Alegre e Andradas, em Minas Gerais; e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Os estados de Mato Grosso do Sul (lei 2.210/01), São Paulo (lei 10.813/01), Rio de Janeiro (lei 3.579/01) e Rio Grande do Sul (lei 11.643/01).

- Em 8 de maio de 2003, há retrocesso promovido pelo Poder Judiciário com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que privilegiou o direito econômico em detrimento do artigo 225 da Constituição Federal. São cassadas as leis dos estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, sob alegação de que ambos invadiram competência da União para legislar sobre a matéria e de que afrontaram a lei federal do uso controlado do amianto.

**2002** - A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, regulamenta em 13/3/2002 a Lei municipal 13.113/01 de banimento do amianto para o setor de construção civil.

**2004** - Aprovada a Resolução 348/04, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), determinando que resíduos de construção civil classificados como perigosos devem ser dispostos em aterro para resíduo industrial perigoso (classe I). Houve posteriormente tentativas dos produtores em revogar essa importante decisão da área do meio ambiente, alegando a

inexistência de aterros públicos para cumprimento dessa legislação e o seu custo, que inviabilizaria as obras populares da construção civil.

- A CNTI ajuíza Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra as leis do Rio Grande do Sul (ADI 3357) e Pernambuco (ADI 3356) com o objetivo de obter a revogação das leis estaduais, como ocorrido em 2003, com a primeira lei de banimento de São Paulo e a do Mato Grosso do Sul.

**2005** - Durante julgamento no STF de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pela Comissão Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) para barrar o banimento do amianto no estado de Pernambuco (lei 12.589/04), o então ministro Joaquim Barbosa pede vistas do processo. Para os defensores do fim do amianto, a posição de Barbosa foi um sinal de que a indústria do amianto não conseguiria vencer dali para frente tão pacificamente.

**2007** - O deputado estadual Marcos Martins, recém-eleito para seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo, propõe PL nº 384/2007 de proibição do uso do amianto no território paulista. A lei foi aprovada e sancionada pelo governador, José Serra, sob nº 12.684, em 26/7/2007. A CNTI ajuíza no STF a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 3937, como fez anteriormente com as leis do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, com o intuito de torná-las inconstitucionais e serem revogadas.

- O ministro Marco Aurélio Mello, de maneira monocrática, suspende em 20/12/2007, durante o recesso de final de ano, a vigência da lei paulista, concedendo liminar a pedido da CNTI.

**2008** - A CNTI move Adin no STF novamente, desta vez para tentar liberar o amianto em São Paulo, tornando inconstitucional a lei que bane a fibra no estado (lei 12.684/07). No julgamento, a lei foi considerada constitucional por 7 votos a 3, fixando assim a proibição do uso do amianto em São Paulo.

**2017** - Em 29 de novembro de 2017, por 7 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal proíbe a extração, industrialização e comercialização do amianto em todos os estados do Brasil.

## **CONTATOS DAS ASSOCIAÇÕES DOS EX- POSTOS AO AMIANTO ORDEM ALFABÉTICA, POR ESTADO**

### **BAHIA**

#### **Associação Baiana dos Expostos ao Amianto**

##### **ABEA - Simões Filho - BA**

**Subsede:** Praça Celina Santana dos Santos, 162. Qd. 8 CIAI,  
43700-000 - Simões Filho -Bahia -

**Presidente:** Belmiro Silva dos Santos

**Celular:** (+55 71) 8844-6543

**E-mail:** contatoabea@gmail.com ou belmiroborges@gmail.com

#### **Associação das Vítimas Contaminadas pelo Amianto e Familiares Expostos**

##### **AVICAFE - Bom Jesus da Serra – BA**

**Presidente:** Esmeraldo dos Santos Teixeira

**Celular:** (+55 77) 99139-2949

**E-mail:** nego@coperphoto.com.br

**Vice-Presidente:** Inácio dos Santos Teixeira

**Celular:** (+55 11) 996108-7400

**E-mail:** inaciottei@gmail.com

### **PARANÁ**

#### **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto**

##### **Abrea Londrina - PR**

**Subsede:** Rua Ruy Vimond Carnasciali, 137, Sala I, Jardim Leonor,  
86071-260 - Londrina - PR

**Fone:** (+55 43) 3354-6001

**Representante local:** Márcia Rodrigues Gamba

**Celular:** (+55 43) 99660-3996

**E-mail:** marcia@Abrea.com.br ou marcia.rgamba@gmail.com

## **Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto**

### **APREA - CURITIBA - PR**

**Sede:** Rua Voluntários da Pátria, 233- 5°.Andar - Sala 51 - Centro Curitiba  
80.020-000 - Paraná - SP

**Fone:** (+55 41) 3095-7595

**Presidente:** Herbert Fruehauf

**Celular:** (+55 41) 99196-9246

**E-mail:** [aprea.pr@gmail.com](mailto:aprea.pr@gmail.com)

## **MINAS GERAIS**

### **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto**

#### **Abrea Pedro Leopoldo – MG**

**Representante local:** Alexandre Cristino Guimarães

**Celular:** (+55 31) 99941-1635 e (+55 31) 98847-1514

**E-mail:** [alexandrocristino@bol.com.br](mailto:alexandrocristino@bol.com.br)

## **RIO DE JANEIRO**

### **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto**

#### **Abrea Rio de Janeiro - RJ**

[www.rio.Abrea.org.br](http://www.rio.Abrea.org.br)

**Presidente:** Maria Lúcia Nascimento do Carmo

**Celular:** (+55 21) 97232-3201

**E-mail:** [marialuciaAbrea@gmail.com](mailto:marialuciaAbrea@gmail.com)

## **SÃO PAULO, OSASCO E SÃO CAETANO DO SUL**

### **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto**

#### **Abrea SP**

**Sede:** Av. Santo Antônio, 683 - Jardim Alvorada

06086-070 - Osasco - SP

**Fone/Fax:** (+ 55 11) 3681-2710

**Subsede:** Rua Dona Primitiva Vianco, 1435 - 3° andar - sala 308

**CEP:** 06010-000 - Osasco - SP

**Fone:** (+ 55 11) 3654-0809

**Site:** [www.Abrea.org.br](http://www.Abrea.org.br)

**Facebook:** [www.facebook.com/Abrea.brasil](http://www.facebook.com/Abrea.brasil)

**YouTube:** [www.youtube.com/channel/UCeSSlqkFxPRP8H9YLpHlozg](http://www.youtube.com/channel/UCeSSlqkFxPRP8H9YLpHlozg)

**Instagram:** [www.instagram.com/abreabr](http://www.instagram.com/abreabr)

**Flickr:** [www.flickr.com/photos/abreabrasil](http://www.flickr.com/photos/abreabrasil)

**Blog:** [amianto-amianto.blogspot.com](http://amianto-amianto.blogspot.com)

**Presidente:** Eliezer João de Souza

**Celular:** (+55 11) 98559-7948

**E-mail:** [eliezer@Abrea.com.br](mailto:eliezer@Abrea.com.br)

**Vice-Presidente:** Amauri Lima

**Celular/WhatsApp:** (+55 11) 97206-5351

**E-mail:** [amauri.lima@ig.com.br](mailto:amauri.lima@ig.com.br)

**Representante da Diretoria em São Caetano do Sul:**

Nestor de Souza

**Celular/WhatsApp:** (+55 11) 97167-7125

**E-mail:** [abrea@abrea.com.br](mailto:abrea@abrea.com.br)

**PERNAMBUCO**

**Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto**

**APEA- Recife - PE**

**Presidente:** Elineide Maria da Cruz

**Celular:** (+55 81) 98489-8670

**E-mail:** [elineideapea@gmail.com](mailto:elineideapea@gmail.com) ou [apea.amianto@gmail.com](mailto:apea.amianto@gmail.com)

**RIO GRANDE DO SUL**

**Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto no Estado do Rio Grande do Sul - Abrea-RS**

**Sede:** Casa da Cidadania

Rua Walter Neves, 38 - Cohab

Sapucaia do Sul – Rio Grande do Sul - RS

**CEP:** 93216-510

**Presidente:** Adair Francisco da Rocha

**e-mail:** [cidadaniasapucaiadosul@gmail.com](mailto:cidadaniasapucaiadosul@gmail.com), [abreargs@gmail.com](mailto:abreargs@gmail.com)

## Referências

### LIVROS

**ALLEN, David; KAZAN-ALLEN, Laurie (Orgs.).**

Eternit e o grande julgamento do amianto. São Paulo: CUT, 2012.

**MENEZES, Antonio Justino Prestes.**

Condições de trabalho em mina e usina de amianto: o problema da asbestose. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1956.

**PAMPLONA, Renato Ivo.**

O amianto crisotila e a Sama: 40 anos de história de Minaçu-Goipas: da descoberta a tecnologia limpa: 1962-2002. Minaçu: R.I. Pamplona, 2003.

**SCLIAR, Claudio. Amianto: mineral mágico ou maldito?**

Ecologia e disputa político-econômica. Belo Horizonte: CDI, 1998.

**SILVA, Elaine.**

Nos rastros do amianto: uma história de progresso industrial, negligência e mortes. 2003.

Livro-reportagem (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2003.

### REPORTAGENS

**ALEXANDRIA, Katherine.**

Minaçu já sente efeitos da decisão do STF que proíbe o amianto no país, diz prefeito. O Popular. 10 Nov. 2017.

Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/economia/mina%C3%A7u-j%C3%A1-sente-efeitos-da-decis%C3%A3o-do-stf-que-pro%C3%Adbe-o-amianto-no-pa%C3%Ads-diz-prefeito-1.1406933>>. Acesso em: 01 out. 2018.

**ALMEIDA, Cássia; FARIELLO, Danilo.**

Duas cidades ligadas pelo amianto. O Globo. 19 Mai. 2012.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/rio20/duas-cidades-ligadas-pelo-amianto-4947426>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

### **ANÍBAL, Felipe.**

Assembleia acelera trâmite de projeto que bane o amianto do Paraná. Gazeta do Povo. 20 Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/assembleia-acelera-tramite-de-projeto-que-bane-o-amianto-doparana-3runnx-9dxenmx9w2frr09r83w/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

### **FUNDAÇÃO Fio Cruz. Hermano de Castro:**

“Não há nenhuma dúvida de que o amianto é lesivo à saúde”. Fundação Fio Cruz. Disponível em: <[http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=76&infoid=613&sid=13](http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=76&infoid=613&sid=13)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

### **LEMES, Conceição. Tudo por dinheiro:**

Igreja de Pedro Leopoldo afasta trabalhadores e libera espaço para fabricante de telha de amianto colocar propaganda. Viomundo. 17 Jul. 2017.

Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/igreja-deixa-fabricante-de-telha-de-amianto-colocar-propaganda-em-suas-grades-em-troca-de-obras-e-trabalhadores-perdem-lugar-de-reuniao-isso-e-muito-grave-alerta-advogado.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

### **O GLOBO. O Brasil sem amianto.**

Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/economia/o-brasil-sem-amianto.html>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

### **SIQUEIRA, Gabriela.**

Movimento pede a votação do projeto que proíbe o amianto no Paraná. Assembleia Legislativa do Paraná. 07 Ago. 2012.

Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/divulgacao/noticias/movimento-pede-a-votacao-do-projeto-que-proibe-o-amianto-no-parana-1>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

### **TAJARA, Alex. Mortes silenciosas.**

UOL. 10 Set. 2018.

Disponível em: <<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/amianto-indenizacoes-familias.htm#liminar-deu-sobrevida>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

### **BRUM, Eliane. O Supremo e a farsa do amianto.**

El País Brasil. 7 de agosto de 2017.

Disponível em: <<https://abrea.org.br/not%C3%ADcias/novidades-e-eventos/149-o-supremo-e-a-farsa-do-amianto.html?highlight=WyJlbGlhbmUiLCJicnVtliwiZWxpYW5lIGJydW0iXQ==>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

### **O ruído. O verso dos Trabalhadores.**

Disponível em: <<https://abrea.org.br/not%C3%ADcias/novidades-e-eventos/104-o-verso-dos-trabalhadores-o-ru%C3%ADdo-por-eliane-brum.html?highlight=WyJlbGlhbmUiLCJicnVtliwiZWxpYW5lIGJydW0iXQ==>>. Acesso em 5 dez. 2018.





## Sobre a autora

Marina Moura é jornalista, escritora e poeta paulistana.

Por meio da narrativa jornalística literária - histórias reais contadas com recursos literários -, pratica a escuta de pessoas que têm muito a dizer.

São pessoas aparentemente comuns, dessas que a gente cruza nas filas de padarias ou esbarra nas estações e calçadas.

Muitas delas constantemente têm a voz abafada, seja por sistemas opressores, convenções sociais sufocantes ou outras imposições que recaem sobre a ordinária ou extraordinária vida humana.

Para apresentar a potência dessas vozes, a jornalista aposta na escrita atenta, descritiva e viva, que possa trazer à tona as minúcias dessas existências, levando aos leitores dores e delícias de vidas que não necessariamente têm a ver com as suas próprias, mas que podem suscitar compreensão, empatia e solidariedade por existências outras.

Neste livro, a autora narra a evolução e os desdobramentos de fatos que permitiram uma articulação social, ou uma construção, que desencadeou no banimento do amianto no Brasil.

Trabalhou em revistas de saúde, com foco em gestão hospitalar e enfermagem. Pôde conhecer mais de perto, pesquisar e escrever sobre o amianto quando, há uma década, conheceu o trabalho do deputado estadual Marcos Martins, autor da lei que bane o veneno em São Paulo.

Marina também atua na luta contra a homofobia, pesquisando a presença LGBTQI+ na Literatura brasileira. Participa como autora e organizadora do livro *Poesia Gay Brasileira*, primeira antologia do país a reunir poemas que tocaram no tema, abrangendo do século 19 à contemporaneidade.